

textos
jornalísticos

25



1974

O JORNAL DE MAIOR EXPANSÃO NO MUNDO PORTUGUÊS

ANO XXIV
11317
Preço 250

DIÁRIO POPULAR

LISBOA
N.º 25
Ano

Director: MARTINHO NOBRE DE MELLO

Propriedade da SOCIEDADE INDUSTRIAL DE IMPRESSA — Sede: Rua Luísa Sotomaior, 17 — Telefones 32171/13 (P. R. G. A.) — 32151 32152 32153 — (Redacção) — 32117 (Publicidade)

Esta madrugada

AMPLO MOVIMENTO DE FORÇAS ARMADAS

Desde a madrugada de hoje que a cidade de Lisboa vive um estado de alarme de que, a princípio, poucos se aperceberam, mas de que foi havendo consciência generalizada, à medida que decorriam as horas e amanhecia.

Para além dos em especial que intervieram nos postos emissores — foram as pessoas que trabalhavam nos primeiros acontecimentos

Comunicado dos sublevados às 11 e 40:

Pede-se o encerramento de todos os estabelecimentos comerciais — de contrário será imposto o recolher obrigatório

cimentos e daqueles que se situavam nos centros onde se registaram acções de elementos militares —

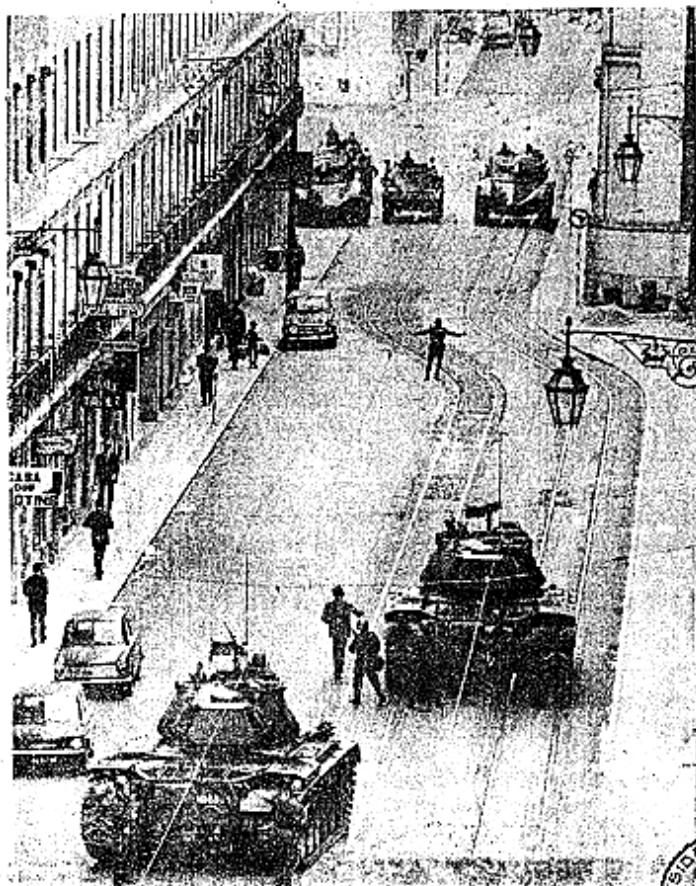
durante a noite daquelas que se aperceberam da situação, ao

DESTINO DESCONHECIDO DO CHEFE DO ESTADO E DOS MEMBROS DO GOVERNO

escutarem uma emissão do Rádio Clube Português (Continua na 2.ª pág.)

O Banco Central e os organismos bancários encontram-se encerrados em consequência do presente condicionalismo

Hoje: 22 páginas



NOTICIÁRIO NAS PÁGINAS 9, 11, 13, 15 E 21

A meio da manhã, na rua do Arsenal, frente a frente forças leais ao Governo e forças revolucionárias

24-5

Textos Jornalísticos

A selecção de textos jornalísticos obedeceu ao critério geral da variedade dos géneros e de grau de dificuldade.

Recorrendo a vários registos, desde os estudos e análises, até aos testemunhos pessoais e aos textos humorísticos, pretende-se retratar a vertiginosa mudança operada na sociedade portuguesa nos últimos vinte e cinco anos.

Pela sua natureza, efémera mas impressiva, os jornais são o mais sensível barómetro das oscilações, dos avanços e recuos dessa caminhada para a democracia iniciada com o 25 de Abril. Na verdade, eles fornecem-nos o mais perfeito «registo dos dias» vividos na aventura da descoberta, na contradição e no debate, mas também no calor da festa e no imenso poder da utopia. Falando do Portugal de Abril, remetem também para um passado silencioso e silenciado que só a revolução permitiu começar a conhecer.

Compreender-se-á a dificuldade em proceder a uma selecção, dada a imensidade e a riqueza da produção jornalística destes vinte e cinco anos de liberdade de imprensa. Cada texto (ou cada conjunto de textos) mais do que uma estrutura fechada, deverá antes ser visto como uma amostra (entre tantas outras) a ilustrar uma situação e deverá constituir ponto de partida para pesquisas mais aprofundadas de acordo com a curiosidade dos alunos e o grau de escolaridade em que se encontram.

Respeitando e valorizando a flexibilidade e variedade dos documentos, permitimo-nos contudo chamar a atenção para alguns dos objectivos passíveis de atingir no seu tratamento didáctico quer através do conhecimento, quer do envolvimento imaginativo e emocional:

- percepção do tempo revolucionário como tempo de ruptura e libertação, de mobilização individual e colectiva;
- compreensão das transformações políticas, económicas, sociais e culturais;
- íntima ligação com as alterações nos aspectos mais concretos do dia a dia;
- importância do debate, da crítica e do confronto de sensibilidades e pontos de vista;
- valoração do 25 de Abril como capital de possibilidades para desenvolver valores, atitudes e práticas que contribuam para formar cidadãos mais conscientes, participativos e responsáveis.

Maria Eliana Teixeira
Maria Manuela Cruzeiro

Documentos seleccionados:

- A Guidinha volta à mosca – **Diário de Lisboa** (suplemento A MOSCA)
- Comunicado da D.G.S. – **Expresso**
- União das Forças Armadas – **Boletim do Movimento das Forças Armadas**
- Os desafios necessários – **Expresso**
- Cravos vermelhos acabam com lápis azul – **Jornal de Notícias**
- Olhares da imprensa estrangeira – **Le Monde, Le Soir**
- O homem da pergunta no «Chave de Ouro» – **Público**
- Memórias de presos políticos – **Diário de Notícias/Jornal de Coimbra**
- Notícias do movimento chegavam às cadeias – **Jornal de Notícias**
- Recortes do Pai – **Vida Mundial**
- Carta à Teresa sobre a PIDE – **Público**
- Talvez, no dia 25 de Abril – **Público**
- O 25 de Abril em que mês aconteceu? – **Público**
- Diga-se o que se disser – **Público**
- As palavras que nasceram com a década – **Expresso**
- Vinte emblemas para vinte anos – **Público**
- Frases e murais de Abril apagaram a opressão – **Jornal de Notícias**
- A revolução também se fez à mesa – **Jornal de Notícias**
- Palavras no Muro – **Público**
- Trinta anos depois – **Grande Reportagem**
- Liberta a arte – **Vida Mundial**
- Cantores desarmados – **Expresso**
- Crónica do 24 de Abril – **Público**
- O silêncio da história – **Público**
- A Solidariedade não é palavra vã – **Público**
- Portugal sem Abril – **Expresso**

25 DE ABRIL. UMA AVENTURA PARA A DEMOCRACIA. TEXTOS JORNALÍSTICOS

Comunicado

Da D.G.S. recebemos a seguinte comunicação:

«Desde o início do corrente mês, mas com maior intensidade nos últimos dias, têm-se verificado por parte das várias organizações comunistas uma grande actividade na difusão de panfletos e outras actuações de propaganda, através das quais se envidam acções revolucionárias do 1º de Maio.

Ataca-se ao mesmo tempo o esforço da Nação em defesa dos territórios portugueses no Ultramar e faz-se a defesa das organizações terroristas que nos atacam e dos métodos que empregam com os quais criminosamente se solidarizam.

Com base nas averiguações feitas foram detidos em Lisboa 15 indivíduos e 15 no Porto especialmente ligados aos 'sectores de informação e divulgação' daquelas organizações alguns dos quais estão de há muito referenciados como seus orientadores activos.

As averiguações conduziram a apurar que era nas oficinas do semanário 'Notícias da Amadora' que se imprimia muito do material subversivo tendo nelas sido apreendidos largos milhares de exemplares de panfletos revolucionários.»

Expresso, 20/4/74.

União das Forças Armadas

Após cerca de 48 anos de toda uma política ditatorial, com os seus múltiplos defeitos, agravados por uma Guerra Colonial de mais de 13 anos, o prestígio das Forças Armadas Portuguesas estava reduzido a um nível ínfimo. Os oficiais portugueses, nomeadamente os profissionais, cansados de sustentar uma guerra que, cada vez mais, viam não conduzir a nada, dada a inoperância dos políticos, ou o seu não desejo de resolver um problema que lhes pertencia, começaram a convencer-se que havia que encarar o problema de frente e resolvê-lo. Juntamente com o facto atrás apontado, começaram a verificar ser a guerra que faziam, uma guerra ilegítima dado que a mesma não era da vontade do Povo Português. Por isso o seu prestígio era cada vez menor e, por outro lado viam também que, cada vez mais, se arriscavam a viver «novas Índias». Sim, o Governo português, cego na sua auto-defesa intransigente, como sistema fascista e colonialista, preferia provocar derrotas militares a encetar negociações com os Partidos Emancipalistas. Pela política seguida, poderia entender-se que, para aquele, *seria preferível ver os Territórios Ultramarinos Portugueses integrados em Países estrangeiros a ver nascer novas Nações Lusíadas*. Os exemplos da Índia e do Brasil não lhe modificava a sua maneira de agir. Os grandes senhores do fascismo em Portugal tudo sacrificavam para uma maior exploração colonial.

Esse estado de coisas levava os referidos Oficiais, nomeadamente os mais jovens, a convencerem-se que era necessário fazer «qualquer coisa». No entanto, várias tentativas houvera já, e todas elas haviam fracassado. E, também, naquelas, os mais entusiastas haviam sido precisamente os mais novos. A tensão era grande e, após uma iniciativa de carácter totalmente política (abaixo assinado contra o Congresso dos Combatentes), eis que aparece um motivo meramente profissional, que um pequeno grupo resolve, imediatamente, aproveitar para congregar esforços e promover a união à volta de um mesmo Ideal: *A Reconquista do Prestígio das Forças Armadas*.

Assim nasceu o Movimento dos Capitães que, rapidamente, se alargou a muitos outros Oficiais, arreigando-se no espírito dos seus componentes que, para que o Prestígio das Forças Armadas ressurgisse, uma coisa era inevitável conseguir: *Colocar as Forças Armadas ao serviço de toda a Nação Portuguesa e não ao serviço de uma minoria que se mantinha no poder, apoiada numa forte repressão e nas próprias Forças Armadas*. Daí ao convencimento de que, para tal, era necessário derrubar o governo fascista em Portugal e perguntar à Nação, em total liberdade de expressão e pensamento, qual o tipo de Governo que pretendia. «Sabia-se» que, imediatamente seria também resolvido o Problema Ultramarino, pois o mesmo era Político e não Militar.

Assim nasceu o Movimento das Forças Armadas e assim se partiu para a arrancada do *25 de Abril*.

Foi todo um processo político e, para tanto, nem lhe faltou o respectivo Programa. Foi necessário um levantamento militar (ao qual houve imediata adesão da quase totalidade de Oficiais, Sargentos e Praças) e, porque o Programa foi imediatamente aceite por toda a Nação, tudo decorreu sem derramamento de Sangue: Assim surgiu a Revolução das Flores.

Atendendo às características de todo o processo, natural seria que toda uma Reacção, ao mesmo tempo, começasse a actuar após os primeiros tempos de estupefacção. E, como é

lógico, o seu objectivo prioritário teria que ser as próprias FA's, tentando dividi-las e, conseqüentemente, enfraquecê-las.

Daí o possível aproveitar, pela reacção, de ingénúos militares das FA's ou de militares menos ingénúos que a coberto de uma pretensa «ética militar» e «isenção política» possam, pelos seus actos, dividir e enfraquecer o MFA. Tais actos de divisão e enfraquecimento só poderão ter como razão de ser: ou que se não tenha compreendido, verdadeiramente, o processo que foi iniciado por motivos puramente profissionais e classistas mas que, rapidamente, foi ultrapassado para assumir um aspecto profundamente político e revolucionário (e daí alguns militares manterem-se apenas dentro de uma óptica de classe pretensamente militar sem perceberem que a sua acção foi e continuará a ser iminentemente política); ou pura e simplesmente ainda haverá alguns militares que estejam contra o processo político iniciado em 25 de Abril e que não acabou naquele dia, antes pelo contrário, continuará, ainda, por muito tempo.

Torna-se necessário portanto que todos os militares, sem distinção de classes ou categorias, ingressem no MFA. Convém no entanto esclarecer que ser do MFA não significa apenas intitular-se como tal e portanto aderente ao seu Programa. *Ser do MFA é acima de tudo identificar-se totalmente com o seu Programa na sua interpretação CORRECTA e original e que compete, antes de a quaisquer outros, aos seus autores interpretar.*

Ser do MFA é interpretar o seu Programa de uma forma progressista e estar com os jovens oficiais que transformaram um problema meramente profissional num problema iminentemente político, dado que só assim será possível consolidar o *Alto Prestígio* conquistado pelas Forças Armadas em *25 de Abril*. É interpretar o Programa de uma forma progressista, é ver nele os seus dois objectivos principais – Descolonizar e Democratizar – acompanhados das medidas mais salientes nele preconizadas: exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos; política económica posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas; nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os Portugueses.

Nesse sentido, chama-se a atenção a todos os militares para o grave risco que se corre ao dar ouvidos a frases de ordem lançadas pela reacção, como por exemplo:

– «*Os militares são apolíticos*» ou «*Os militares são isentos politicamente*».

(Aqui se pretende ignorar que o *25 de Abril* foi acima de tudo um acto iminentemente político e se procura confundir «isenção partidária» com «isenção política». Não podemos esquecer que os militares do MFA não podem ser isentos politicamente, pois têm o seu Programa, que é o do MFA e em defesa do qual todos os actos são legítimos).

– «*Os oficiais do MFA são comunistas, socialistas, etc.*».

(Se o assunto não fosse tão sério, até daria vontade de rir. Não nos esqueçamos que o PC, o PS e o PPD estão na coligação do Governo e portanto haverá forçosamente pontos de contacto entre os seus programas e o Programa do MFA. Poderão estar mais afastados para a esquerda, pelo menos alguns, mas não é pelo facto de presentemente falarem uma linguagem parecida com a do MFA, pois pretendem antes de mais a consolidação da *Democracia pluralista*, que o MFA vai *abdicar* do seu Programa. Pois se o Programa do MFA é progressista como seria possível não haver pontos de contacto entre ele e os dos Partidos Políticos Progressistas?)

Seria caso para estranhar era haver uma identificação de pontos entre o MFA e os Partidos Reaccionários!)

O MFA, após o *25 de Abril*, largou o poder e entregou-o aos órgãos por ele criado: Presidente da República, JSN, Conselho de Estado, Governo Provisório e Tribunais, além da Assembleia Constituinte.

Convém ter no entanto sempre presente que, não mantendo o poder, houve porém algo que o MFA não concedeu, nem poderia nunca conceder, a ninguém: Foi a responsabilidade, por ele, MFA, adquirida no dia *25 de Abril* perante o Povo Português – cumprimento do seu Programa, nesse dia apresentado à Nação e por ela reconhecido como válido, aliás como por todo o Mundo. Para isso terá que estar sempre alerta e terá que ser ele, MFA, como verdadeiro responsável, a intervir sempre que se verifique verdadeiros desvios ao cumprimento do seu Programa.

Isso só será possível no entanto, se as Forças Armadas (com todos os seus membros – oficiais, sargentos e praças) se mantiverem fiéis a si próprias, unas, coesas e disciplinadas e dispostas a chamar SEU ao Programa do MFA. Para tanto é indispensável que se vençam, algumas barreiras ainda existentes. É necessário que cada um de nós compreenda os erros que os outros cometem. Todos cometemos erros, não podemos é exagerar os resultados dos mesmos, quando cometidos pelos outros. Há que discutir abertamente sempre que se verifiquem pontos de vista diferentes. Mas discutir esses assuntos de olhos nos olhos com a verdadeira lealdade que é apanágio dos militares.

Só assim, sem a chamada «caça às bruxas», sem desconfianças infundadas e com a plena convicção de que os homens que formaram o MFA e realizaram o *25 de Abril* continuam fiéis ao seu Programa, para o cumprimento do qual arriscaram a sua própria vida e a segurança das suas famílias, poderemos estar unidos e ser para a Nação aquilo que constitui a essência das próprias Forças Armadas: *Garantia de que serviremos a Nação Portuguesa de acordo com os seus desígnios, expressos livre e democraticamente.*

Boletim do Movimento das Forças Armadas, nº 1, 09/09/1974.

Os desafios necessários

É raro um Governo de direita ser derrubado pelas suas próprias Forças Armadas. Em 25 de Abril de 1974, isso sucedeu em Portugal. Nas ruas, nos cafés, nos transportes colectivos, o ambiente é de alegria. O semblante normalmente triste dos portugueses resplandece com as perspectivas de «libertação do País do regime que há longo tempo o dominava». O Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas parece, na verdade, satisfazer todas ou quase todas as aspirações de um povo que durante largos anos viveu «em crescente desenvolvimento de uma tutela de que resulta constante apelo a deveres com paralela denegação de direitos» (...)

Houve um pronunciamento militar, magistralmente concebido e executado, cavalheirescamente conduzido. O chamado «movimento dos capitães» demonstrou que não era apenas mais uma organização para diagnosticar e não actuar. Actuou, quando entendeu, com coesão e com extraordinária rapidez e simplicidade, conseguiu dominar o País, quase não havendo derramamento de sangue, a não ser o da autoria da D.G.S.

O poder foi entregue a uma Junta de Salvação Nacional presidida pelo general António de Spínola, à qual foi «exigido o compromisso, de acordo com as linhas gerais do Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas, de, no mais curto prazo consentido pela necessidade de adequação das novas estruturas, promover eleições gerais de uma Assembleia Nacional Constituinte, cujos poderes, por sua representatividade e liberdade na eleição, permitam ao País escolher livremente a sua forma de vida social e política».

O prazo fixado no Programa foi de 12 meses. Entretanto, será escolhido pela Junta, de entre os seus sete membros, um Presidente da República que nomeará um Governo Provisório, Civil.

O G.P.C. orientará os destinos do País, sob a égide do futuro Presidente da República, durante alguns meses. Governará sem D.G.S., sem Censura prévia, sem A.N.P. Terá de enfrentar as opiniões, porventura discordantes, de associações cívicas a criar e de sindicatos dispondo de maior liberdade de acção (e, esperamos, do direito à greve). Terá de tomar medidas rápidas contra uma situação económica que em quase todos os sectores se encontra em estado deplorável. Terá de reformar o sistema judicial. Terá de criar uma nova política social. Terá de «alargar e diversificar» as relações internacionais abrindo a Leste e a Sul.

Terá, antes de tudo, de enfrentar e resolver um problema chamado Ultramar, procurando a paz, aceitando as regras do jogo e de um debate «franco e aberto» a nível nacional. (...)

Tudo isto – e muito mais – terá o G.P.C. de fazer, para respeitar o preceituado no Programa do Movimento das Forças Armadas.

A tarefa é, obviamente, difícil. O G.P.C. parte de uma base estagnada. O que encontra é frágil ou deteriorado.

Além disso, há a eterna descrença portuguesa, a convicção de que não há saída, de que não somos capazes de sair da situação onde nos colocaram (ou onde nos deixámos colocar). Por outro lado, o facto de dever em parte ser constituído por «personalidades representativas de grupos e correntes políticas» poderá retirar-lhe a coesão indispensável.

Os tempos, porém, não estão para descrenças nem resignações. Para que o povo continue a sentir a alegria há muito perdida, para que se demonstre de vez que não têm razão os defensores da tese de que «não estamos preparados», para que a comunidade nacional resolva o seu futuro por si própria e a seu favor, é preciso correr riscos, aceitar desafios. Desafios inadiáveis, porque já esperámos demais e não queremos nem podemos esperar mais. Desafios necessários, porque só quando os enfrentarmos saberemos do que somos capazes e até onde conseguiremos chegar.

O **primeiro desafio** põe-se a todo o País. O sistema político vigente foi derrubado. Há um programa de liberalização e de procura da vontade nacional; e a adesão espontânea da maioria da população parece indicar que esta o aprova. O corolário lógico é a necessidade de um comportamento cívico adequado à mudança das circunstâncias. A liberdade é um bem demasiado precioso para provocarmos propositadamente a sua limitação. Por mais que a ela não estejamos habituados, por mais que a desejemos gozar e respirar a plenos pulmões, será útil não esquecermos que não a conquistámos e que quem, de um dia para o outro, no-la deu a pode retirar ainda mais rapidamente.

O **segundo desafio** coloca-se precisamente no plano militar. As Forças Armadas demonstraram muito claramente que são elas quem detém o poder neste País. Usaram-no no momento em que consideraram que «a sua acção se justifica plenamente em nome da salvação da Pátria». Deverão a todo o custo resistir à tentação de abusar.

O pronunciamento do dia 25 era em Portugal, em Abril de 1974, a única alternativa possível, no plano das realidades, a uma situação que se deteriorava sem remédio. O Movimento das Forças Armadas interveio para resolver a «grande crise nacional» e, com vista à sua resolução, comprometeu-se a garantir a adopção das medidas constantes do seu Programa. Só terá ganho a partida quando esse Programa for cumprido na totalidade. Para tal, terá de saber dosear a força de que efectivamente dispõe.

O **terceiro desafio** põe-se aos órgãos de Informação. Durante anos, eles queixaram-se da actuação da Censura (ou desculparam-se com ela para disfarçar a sua incapacidade). Agora chegaram à hora da verdade. A comissão «ad-hoc», prevista no Programa do Movimento das Forças Armadas, visa apenas evitar «as agressões ideológicas dos meios mais reaccionários»; por isso a nova e desejada liberdade surge acompanhada da responsabilidade inerente à função de quem tem de informar sem mentir nem omitir, de interpretar sem desvirtuar, de conceder a cada leitor a possibilidade de, em cada caso, optar com lucidez.

Editorial do *Expresso*, 27/04/74.

Cravos vermelhos acabam com lápis azul

A vitória da democracia e da liberdade acabou de vez com o lápis azul e com o visto prévio da censura. Deixados a mãos com um curto espaço de manobra e obrigados a autênticos golpes de rins na defesa da verdade dos factos, os profissionais da comunicação social foram também eles alvo de perseguições e de prisões. Com o 25 de Abril, abriram-se as portas de uma nova realidade, onde a pluralidade do pensar e agir se assumiram na sua plenitude.

Agora, 25 anos depois, o JN foi ouvir um grupo de jornalistas, a maioria com cargos de direcção, sobre o que foi o 25 de Abril.

Mário Bettencourt Resendes (director do Diário de Notícias) – Um quarto de século depois, os portugueses já interiorizaram na sua memória histórica a Revolução que abriu caminho para um país livre, plural e moderno. E é por isso que a maior vitória do 25 de Abril tem a ver com o perfil praticamente consensual que a sua celebração hoje tem na sociedade portuguesa.

António Ribeiro Ferreira (director-adjunto do Diário de Notícias) – Há quem fale nos três «D» do 25 de Abril. Prefiro os três «L»: Liberdade, liberdade, liberdade.

José Manuel Fernandes (director do Público) – Há poucos dias assim, poucos dias que representam o momento de ruptura, abrem o espaço da oportunidade. A ruptura foi, então, com um regime serôdio, pequeno e provinciano, um Portugal conformado com a sua pobreza e o seu isolamento, um povo que definhava sem esperança nem alegria de viver, e um império em carunchosas ruínas.

A oportunidade foi a da democracia, a de aproveitar a liberdade para construir um Estado de direito, a de reencontrar um novo espaço para o país e um destino moderno, aberto à inovação e ao risco, menos cinzento e menos conformado. 25 anos depois não restam dúvidas: o povo português soube aproveitar a oportunidade do 25 de Abril. Por mais imperfeita e incompleta que seja a nossa democracia –como todas as democracias –, é uma democracia, e isso é sempre o mais importante.

Adelino Gomes (director-adjunto do Público) – Um dia inesquecível. O dia da emancipação dos portugueses como povo. O dia da emancipação dos jornalistas como profissionais. O dia do fim da guerra. A festa. O orgulho dos portugueses.

Carlos Andrade (director da TSF) – O 25 de Abril é a «liberdade». Ou seja, um bem seguramente de valor inestimável para quem já esteve privado dele. Quem só conheceu a liberdade, quem nasceu ou viveu depois do 25 de Abril, toma por natural o que sempre o foi: num Estado de direito democrático, exercer as liberdades. Por outro lado, o Portugal da ditadura certamente não teria lugar na União Europeia. Nesse sentido, é justo dizer que o 25 de Abril nos devolveu o futuro.

Jorge Wemans (director da Agência Lusa) – O 25 de Abril representa a instauração da liberdade e o momento de abertura de um processo que levaria à construção do Portugal moderno e democrático. O 25 de Abril significa o retorno do País a uma inserção decidida na Europa democrática e na cultura europeia.

Luís Ochôa (director da Rádiodifusão Portuguesa) – A maré do 25 de Abril terá sempre uma vaga de tolerância e uma onda de liberdade, mesmo em tempo de borrasca.

Sérgio Figueiredo (director do Diário Económico) – «Somos um país pobre que não pode aspirar a mais que à dignidade de uma vida modesta». A sentença foi ditada por Salazar e marcou o país até depois da sua morte. O 25 de Abril de 1974, a madrugada da alvorada, teve como primeiro e nobre mérito interromper esta visão tacanha, miserável e sinistra que conduziu Portugal para o fim da tabela de todos os índices de desenvolvimento na Europa.

A democracia, a educação, a saúde, a economia, os costumes, a cultura, o fim da ditadura do chefe de família, enfim, a liberdade – a lista das vantagens de Abril é tão imensa, que já nos faz esquecer as suas desvantagens e os equívocos cometidos. E se a sociedade amordaçada foi a enterrar com a ditadura, a sociedade que hoje comemora um quarto de século de liberdade de expressão não podia fazê-lo melhor do que a que associa Paixão, 12 anos, à edição desta sexta-feira do Diário Económico: «Não tenho medo de dizer que não concordo, que não acho bem, ou simplesmente dizer que concordo». Salazar não gostaria de ouvi-la. Poderia até prender-lhe os pais.

José António Saraiva (director do Expresso) – Significou uma enorme alegria e uma preocupação enorme. Uma enorme alegria porque representava a possibilidade de viver em liberdade sem sair de Portugal; e dava a meu pai a oportunidade de regressar ao país depois de 15 anos de exílio. Uma preocupação enorme porque percebi que nesse dia se iniciava uma guerra pela conquista do poder em Portugal. E todos nós íamos ser protagonistas nessa guerra.

Antes, havia quem decidisse por nós. Agora, cada um tinha de decidir e agir por si – e a batalha ia ser dura. A batalha foi dura, como se viu. Mas a história teve um final feliz: os militares deixaram o poder sem recriminações, implantou-se uma democracia em Portugal e, 25 anos depois, o 25 de Abril pode ser comemorado por (quase todos) – o que significa que soube corresponder às expectativas da esmagadora maioria dos portugueses.

Fernando Madrinha (sub-director do Expresso) – À hora a que me fui deitar, pelas três da manhã, já havia chaimites na zona da Praça de Espanha. Estava ali perto, mas não dei por nada. Tinha passado o serão em casa do Melim Teixeira – jovem actor de «A Comuna», na altura – e subi a pé a Rua da Beneficência.

Nem sinais de guerra, nem vestígios de revolução. Acordei já depois das oito com uma amiga a bater com força na janela do meu quarto – morava num rés-do-chão – e a gritar que havia um golpe de Estado. Pelo menos, era o que diziam na rádio. Levantei-me em sobressalto e, dali a pouco, estávamos à porta da Faculdade de Letras, fechada e deserta.

Até que apareceu um colega de Germânicas, com quem trocámos as primeiras impressões do dia. Tínhamos 20 anos e uma dúvida, àquela hora: o golpe será do Spínola ou do Kaulza? Demasiado cedo para celebrar. E ele disse, com desdém: «Seja lá quem for, os militares só se mexem quando há desentendimentos no seio da burguesia. Nada que nos diga respeito».

Lembro-me que concordei. Não foi preciso esperar muito para ver que nos tínhamos enganado – o que acontece com frequência a quem tem 20 anos. Dizia-nos respeito – como não? A meio da manhã, quando nos sentámos pela primeira vez junto do transistor que nunca mais iríamos largar – num grupo que entretanto se formou em casa da citada amiga, Maria João – ouvimos o poema do Manuel Alegre na voz improvável, pelo menos para mim, de João Maria Tudela. Só o conhecia de «Kanimambo», uma cançoneta delicadoce, e ele cantava, agora, num tom heróico e absolutamente inesperado: «Sobre esta página escrevo o teu

nome, que no peito trago escrito (...) Sobre esta página escrevo o teu nome, Liberdade». Aí, começámos a rir.

Agostinho de Azevedo (director do Correio da Manhã) – O 25 de Abril de 1974 foi, politicamente, o derrube do corporativismo por um movimento corporativo; foi, socialmente, o rompimento com o conservadorismo pelos filhos dos conservadores; e, foi, economicamente, a passagem pelo socialismo dos novos candidatos a capitalistas.

Ana Fonseca, *Jornal de Notícias*.

<http://www.jnoticias.pt/seccoos/mensagem.asp?871>

Olhares da imprensa estrangeira

Lisboa em delírio celebra a festa do trabalho em liberdade

Todas as lojas, os restaurantes e os cafés estavam fechados, mas ninguém pensava em beber (...). Não havia outra embriaguês senão a da alegria, nem outro alimento além da esperança (...). Ao longo de quilómetros e quilómetros comprimiam-se multidões imensas, felizes.

Vermelha era Lisboa neste 1º de Maio de liberdade, vermelha a cidade reconquistada pelo povo. Vermelha como a própria felicidade, como a vida reencontrada depois de meio século de anestesia. E vermelhos eram, também, os cravos nas bocas dos canhões, nas baionetas das espingardas, na lapela dos uniformes, sobre todos os corações unidos na mesma alegria.

Colette Braeckman, *Le Soir*, 1-2 de Maio de 1974.

O General Spínola esforça-se por não se deixar arrastar à esquerda

(...) É ainda difícil de avaliar o grau de autonomia de que o General Spínola dispõe relativamente aos homens que o apoiaram e cujo movimento ele aceitou, por seu turno, encabeçar (...). Parece já evidente que «o movimento dos capitães» – cujas motivações e exigências ultrapassam, seguramente, o quadro no qual o chefe da Junta quer manter-se – continuará a desempenhar um papel que não pode ser desprezado. As margens de manobra do general Spínola não são ainda muito alargadas: ele tem a obrigação de corresponder às esperanças daqueles que sempre o apoiaram e continuam a apoiar, evitando deixar-se ultrapassar pela dinâmica de que são portadores.

Dominique Pouchin, *Le Monde*, 30 de Abril de 1974.

Os jovens oficiais da marinha pretendem lutar contra qualquer «desvio» do seu movimento

(...) Foram eles, diz-se, que obtiveram, com o apoio do General Costa Gomes, a libertação de todos os presos políticos, enquanto o chefe da Junta queria estabelecer uma distinção entre presos políticos e presos de direito comum. A vigilância crescente dos capitães e o entusiasmo, quase transbordante, de certos militares não correspondem, provavelmente, aos desejos secretos do general Spínola e podem, eventualmente, prejudicar alguns dos seus projectos.

Dominique Pouchin, *Le Monde*, 4 de Maio de 1974.

O homem da pergunta no «Chave d'Ouro»

Foi um jornalista da Agência France Presse que, na conferência de imprensa do Café Chave d'Ouro fez a Delgado a pergunta fatal: que faria com Salazar, se fosse eleito? A resposta ficou para a história: «Obviamente demito-o». Iva Delgado, filha do general, falou com esse jornalista muitos anos mais tarde e ele explicou-lhe porque fez aquela pergunta. Este é o registo desse encontro.

[...]

Conheci Lindorfe Pinto Basto pouco tempo antes da sua morte quando já mostrava sinais evidentes de doença e de velhice. Foi em sua casa na Rua de São Sebastião da Pedreira. Tremiam-lhe as mãos, penso que a sua vista estava afectada, e, também, um pouco, o ouvido. Telefonara-lhe uns dias antes pedindo-lhe uma entrevista. A pessoa que me atendeu disse-me que o Senhor Pinto Basto estava muito doente. Insisti, houve uma hesitação, «um momento». Esperei um longo momento. A resposta foi que teria todo o prazer em falar comigo. Marcou-se o dia e a hora.

Se a memória não me traiçoa, a casa da Rua de São Sebastião era uma moradia antiga, entrava-se para um átrio escuro e subia-se uma escada de boas madeiras antigas. Fui recebida por uma senhora que parecia ter acompanhado o envelhecimento do dono da casa. Lindorfe Pinto Basto estava sentado num sofá, embrulhado em mantas, fez-me um sorriso ténue de cansaço, com um dos dedos indicou-me uma cadeira. Percebi que nos íamos entender, apesar de não ter havido troca de palavras.

Curiosamente, foi ele que começou a falar e de forma muito mais fluida do que o seu estado de debilidade faria pensar. Como se soubesse exactamente o que eu pretendia começou pelo tema da conferência de imprensa:

«Sabe, o seu pai vinha habituado à política americana onde tudo se passa na praça pública. Ele fez o que nenhum político tinha feito antes dele – convocou uma conferência de imprensa. O lugar escolhido foi bom – o Café Chave d'Ouro que tinha peso e tradição na vida lisboeta. Os políticos do regime eram muito formais, não tinham imaginação, estavam gastos. Essa convocatória deu muito que falar nas redacções dos jornais. Estava lá tudo no dia 10 de Maio, com as baterias assestadas para ver o que valia o General. Os jornalistas espanhóis vinham para o demolir. Eu estava escudado porque trabalhava para a France Presse. Sabia que só havia duas hipóteses: ou o General era a sério e o Ditador tinha os dias contados, ou não era a sério e tudo aquilo não passava de uma encenação do próprio regime».

O meu interlocutor deu-se ao luxo de parar, descansar, medir o meu interesse, e, pausadamente, retomar o fio.

«Quando recebi a convocatória disse para comigo que só havia uma maneira de tirar a limpo a questão – que era a que realmente importava naquela altura – iria ou não continuar a ditadura? Tudo o resto era irrelevante, ou pelo menos bastante secundário, face à continuidade de Salazar no poder».

A voz de Lindorfe Pinto Basto ganhou emoção. Eu aproximara-me do meu interlocutor que falava baixo. Era a primeira vez que ouvia o relato directamente da boca de um jornalista

presente na conferência. Um silêncio de expectativa foi quebrado pela entrada de senhora que atendera o telefone e me abriu a porta. Trazia um tabuleiro com um bule e chávenas de chá. A interrupção perturbou-me. Agradei e aceitei uma chávena. Lindorfe não olhou para ela nem para a chávena que ficou a esfriar numa mesinha a seu lado. Quando nos encontrámos de novo só voltou ao assunto.

«Vi que os meus colegas estavam todos nas encolhas. Eles não podiam falar. Eu pertencia à France Presse. Fiz a pergunta. Tinha de a fazer. O General parecia que estava à espera. Respondeu logo: 'Demito-o, é óbvio!' Disse que demitia o Salazar. Foram essas as palavras exactas. Foi uma bomba, claro. Eu disse cá para mim: temos homem».

Lindorfe Pinto Basto sorria e abanava a cabeça. Eu estava ansiosa por saber mais. Vi, no entanto, que ele estava exausto, continuar seria abusar do seu estado. Agradei-lhe. Ele fez um gesto de simpatia com a mão. A senhora regressou e conduziu-me até à porta. Pelo seu olhar entendi que o paciente estava por pouco. Um nó na garganta impediu-me de dizer boa tarde. Saí daquela casa levando comigo uma nesga de memória. Subi a rua de São Sebastião da Pedreira tentando não pensar que não voltaria a estar com Lindorfe Pinto Basto.

Iva Delgado, *Público*, 3 de Outubro de 1998.

Memórias de presos políticos

Fui preso e levaram-me para o Aljube, uma cadeia sinistra que fechou em 1966. [...] Os «curros» do Aljube eram espaços de quatro palmos por oito, nalguns casos. [...] Nem parecia que fosse sítio para meter gente.

Na Antónia Maria Cardoso a rotina habitual: «– Senhor Oneto! Daqui só sai de gatas e a lambar o chão... Enquanto não falar não sai». Aplicaram-me a tortura do sono. Às tantas perdia-se a noção de estar sentado ou de pé. Ao quarto dia ou ao quinto vinham as alucinações. [...] As pernas incharam-me de tal maneira que rebentaram as calças e os sapatos. [...]

O Tinoco disse-me: «Você não fala e isto agora vai piorar. A partir da meia-noite leva pancada.» De facto, à meia-noite entraram quatro facínoras que me bateram até às cinco da manhã. Sem armas. Espancamento de luxo. Se eu fosse, por exemplo, um mineiro de Aljustrel, atiravam-me com as cadeiras, com a mesa, agrediam-me à paulada.

Fernando Oneto, *Diário de Notícias*, Fevereiro de 1975.

Fui preso em Coimbra, em Abril de 1962, condenado, e libertado 3 anos e meio depois, sujeito a «medidas de segurança». Estas medidas incluíam a obrigatoriedade de residência fixa. Não pude sair de Coimbra, sem autorização da PIDE, durante mais de três anos.

A minha prisão teve consequências muito nefastas a todos os níveis: «Só para conseguir obter a Carta de Curso, para exercer a minha profissão de médico, atrasaram-me cerca de um ano (fora os anos em que estive preso).

Duvidavam que pudesse exercer a minha profissão, já que era considerado um «criminoso que havia sido condenado a pena maior».

Uma das técnicas da PIDE para atrasar a licenciatura de estudantes, era a de os prender quando se dirigiam à Universidade para fazer exame. A detenção era feita sob o pretexto de obter declarações. Pouco tempo mais tarde, libertavam-nos – quando já havia passado a hora de fazer exame.

A minha prisão resultou da minha actividade no PCP, antes, durante e depois das «eleições» a que concorreu o General Humberto Delgado.

A oposição ao regime era então principalmente liderada pelo Partido Comunista, tendo sido as eleições de 1960/61, as primeiras em que toda a força da oposição se exerceu mais decididamente.

Quando fui preso, levaram-me algemado para a PIDE, em Lisboa. Posteriormente estive no Aljube, e mais tarde em Caxias e no Forte de Peniche.

A minha cela no Aljube, onde estive em completo isolamento, media cinco palmos de largura por dezassete de comprimento. A cela não tinha janela para a rua, mas somente uma abertura para o corredor da prisão. Fui sujeito a interrogatórios, que duravam normalmente seis meses – mas a PIDE tinha a possibilidade de prorrogar esse prazo. Os interrogatórios eram feitos pela calada da noite.

Nesses interrogatórios, fui sujeito às torturas do sono e de «estátua».

Era a este tipo de torturas (sono e estátua) que a PIDE normalmente sujeitava os intelectuais. Mas outras pessoas menos conhecidas, como operários e camponeses, eram frequentemente sujeitos a espancamentos.

Provocavam alucinações e a perda de certas formas de consciência. Ao fim de muito tempo de privação de sono, há alterações físicas e mentais. Testemunhei o enlouquecimento de pelo menos quatro pessoas.

Louzã Henriques, *Jornal de Coimbra*, 20/4/1994.

Durante os interrogatórios a que fui sujeito pela PIDE, em Lisboa, sofri tortura moral na forma de insultos soezes, ofensivos da dignidade humana. Os insultos eram dirigidos a mim e à minha família. Durante os interrogatórios, os PIDES especulavam com a correspondência dos meus familiares. Não me mostravam as cartas, e davam-me a entender que os familiares me viriam visitar, e pediam que eu colaborasse nas investigações, pois de outro modo sujeitava-me a não ser visitado pela família, o que seria de minha exclusiva culpa.

Sofri torturas de privação de sono durante os interrogatórios, que se prolongavam no mínimo por um período de um dia e uma noite, até um máximo de sete dias e seis noites.

Fui sujeito a espancamentos, que num só dia e noite atingiram o montante de cinco. Os espancamentos eram feitos por seis agentes, sob o comando do então investigador Abílio Lopes, armado de um cassetete.

Alberto dos Santos Januário, *Jornal de Coimbra*, 20/4/99.

Notícias do Movimento chegavam às cadeias

«No princípio do mês de Abril, não tínhamos conhecimento dos pormenores da preparação do golpe, mas sabíamos que um grupo de militares estava a organizar algo para breve». A recordação é de Dias Lourenço, o dirigente do PCP que estava em Caxias, na prisão-hospital, à beira de completar doze, dos 22 anos e meio de pena a que havia sido condenado.

Falando ao JN, Dias Lourenço conta que em Abril de há 25 anos, se encontrava em Caxias havia apenas um mês. Fora transferido de Peniche para a prisão-hospital e cumpria o segundo período de prisão, por ter sido recapturado depois de uma fuga do mesmo forte para onde fora levado pela segunda vez. Em Caxias, o resistente comunista estava colocado junto de presos comuns, também hospitalizados, mas os contactos com o exterior mantinham-no bem informado. «Tínhamos confiança de que o regime estava à beira do fim».

As informações chegavam ao interior da cadeia pelos diversos meios de que dispunha a rede clandestina do partido. Um desses veículos de informação era o «Avante!», que, sem divulgar pormenores que pudessem pôr em causa a actividade conspirativa, dava conta das movimentações. Assim aconteceu com a última do jornal antes do derrube da ditadura, em que transcrevia grande parte de um manifesto da comissão executiva do partido.

«Aliar à luta antifascista os patriotas das forças armadas» era o título do artigo que na primeira página, em que se podia ler: «A existência de um amplo movimento que abrange centenas de oficiais do quadro permanente dos três ramos das forças armadas, assim como a eclosão da sublevação de 16 de Março, exprimem a crescente oposição das forças armadas às guerras coloniais e à política do governo de M. Caetano».

Ana Paula Correia, Fernando Lima, *Jornal de Notícias*, 2 de Abril de 1999.
<http://www.jnoticias.pt/seccoes/mensagem.asp?390>

Recortes do Pai

Olha para os recortes, para os jornais, fotografias velhas e caixas de arquivo cheias de pó. Fala da memória. Do pai que não esteve. Que esteve em vários sítios ao mesmo tempo. Que esteve de corpo e alma no que acreditava. O olhar não enganava. O olhar de Octávio Pato. Aqui, o olhar do filho dele, para ele.

Por entre os recortes e as fotografias de campanha há uma tonalidade de luz antiga que me chama a um passado que ainda hoje é presente. São imagens que guardo, que tento encaixar num grande *puzzle* de memória, numa recordação interior que me emociona, mas de que preciso para encontrar os locais, os tempos certos da vida, os significados que ainda não sei decifrar. Folheio esses papéis soltos, leio e releio as histórias, e vêm as vozes, os tons, as imagens, os momentos, tudo se vai tornando breve e claro, à medida que tomo consciência de que o passado cumpre sempre uma função. E é nessa emoção total, em que o tempo se descola do corpo, em que revejo os fios ainda soltos desse passado, que recoloco constantemente as coisas no seu lugar eterno, que tento dar à vida a sua dimensão total.

Nesses recortes há de tudo um pouco. Desde cartas de amor clandestino a lembranças de campanha eleitoral, acumuladas sabe-se lá porquê, em caixas de cartão, essas já bastante novas, compradas nalguma papelaria em jeito de arquivo. O tempo também se saboreia assim, em arquivos perdidos cheios de pó, em imagens distorcidas de fotografias de jornais, em sonhos de liberdade e aventura, idealizados por utópicos descontentes nalgum canto do mundo perdidos, em lágrimas e histórias de heroísmo, amores desencontrados em cafés de países estrangeiros, por alguma obrigação mais forte que o coração dos destemidos clandestinos, políticos, aventureiros, homens e mulheres.

Na capa de um folhetim produzido com o papel barato próprio das grandes tiragens de informação há uma dessas fotos de um homem com um sorriso estampado, face macilenta, aberta, dentes sólidos e olhar direccionado, de quem sofreu e sobreviveu, de quem conhece um sabor estranho de verdade difícil, mas, por isso mesmo, mais saborosa. Mas a verdade está em nós, não nos outros, quando fechamos o nosso olhar pela dureza do que vemos, perdemos o passo ao nosso próprio ritmo e a verdade passa a ser ilusão. Resta o sonho e esse aprende-se, cultiva-se, acarinha-se assim nos nossos momentos de maior solidão e conforto. O cabelo ainda não é grisalho, mas poderá vir a ser um dia, ondulante e suave, pelo menos parece, se é que a qualidade da fotografia não nos engana. Em cima o seu nome surge em letras inconfundíveis, rectilíneas, maciças. Por baixo, uma breve descrição de conteúdo, uma introdução à mensagem, um minieditorial pronto para consumo, como devem ser, aliás, as mensagens breves e simples, para maior captação global. É um homem que se pode supor feliz, agradável, sincero. As convicções transparecem-lhe do olhar, como a calma tensa que espelha a sua figura. O meu passado fica assim feito de imagens soltas, raciocínios perdidos em visões de longa distância, *zooms* de alta potência imaginativa, perco-me sempre no caminho da lente que finge ver o que ainda não existe.

Quando não estamos lá não é esta a imagem que se guarda. Fica outra, mais forte, mas talvez não tão real, mais distorcidas pelo nosso olhar as coisas fora delas próprias, dando-lhes

uma vida com significado que precisamos para respirar as nossas experiências, a nossa base, a nossa estrutura. O pai não está. Não, o pai não esteve durante muito tempo agarrado a esse presente quotidiano, a essa mensagem curta e insignificante. Portanto, foi digno de uma construção muito mais emotiva e saudosa do que se lá tivesse estado, presente ou ausente, no mesmo lugar, disponível ao alcance da mão, do beijo. Essa presença será mesmo necessária, será mesmo fundamental, pelo menos é o que dizem os manuais. Mas a experiência da vida muitas vezes reclama verdades diferentes, e cada indivíduo tem um sentir que lhe é próprio e que fica muitas vezes esquecido por quem observa.

O meu pai esteve. Esteve em vários sítios ao mesmo tempo. Sem saber muito bem como, eu ia construindo as imagens que hoje me seguram, os sons metálicos de telefonemas perdidos no tempo, os presentes simbólicos, sempre cheios de significados, as mensagens idealistas com sabor agridoce, de quem queria apenas um abraço, uma palavra de amizade um encanto que não fosse comum. O meu pai foi durante algum tempo um misto de presenças esporádicas combinadas com fotos de folhetins e panfletos de campanha eleitoral; numa procura incessante de passado e referência fui construindo uma imagem que não tinha de mim senão o olhar que, apesar de tudo, era sereno. O olhar. A melhor herança. Aquela que não se cobra, que não se contabiliza, aquando do momento em que, depois da morte, revemos em câmara rápida os débitos e os créditos na nossa conta corrente de emoções, lembranças, perigos, dramas, alegrias, euforia, beijos, sei lá, tanta coisa que fica para trás. Fica assim o passado saldado pelo olhar! Não me parece. Mas fica pelo menos a história que pode ser vista, revista, pensada, repensada, com o olhar, o único que nos permite, que nos deixa fluir, que nos deixa ver. Para depois rever.

Nós podemos estar certos ou errados nas opções que fazemos. Podemos ter razão umas vezes e estar errados umas tantas outras. Mas uma entrega incondicional à vida, um saber estar de corpo e alma naquilo que se faz, é característica de poucas pessoas que eu tenha conhecido. E muitas vezes pensei que essa entrega privava a vida de uma série de circunstâncias que teriam sido fundamentais. Mas a ternura sedutora do olhar não me enganou na dimensão interior que sabia no homem, na procura constante de um ideal, de uma verdade. A força que faz os homens crescerem num sentido vertical é mais forte do que qualquer ideologia. E eu não sei quem deve mais a quem: se a ideologia ao homem, se o homem à ideologia. Ambos se tornam suficientemente poderosos ao ponto de perderem algum do sentido da sua luta. Isso também fará pouco sentido agora, uma vez que fica a mensagem que era importante ter ficado, pelo menos para mim: que a pureza do sentimento se mantém do princípio ao fim, que a beleza interior nunca desaparece, e que o amor que existe nos homens acaba sempre por se revelar.

E esse amor é para sempre. E é nesse amor que reconstruo memórias que duram eternidades, é nesse amor que se torna possível reviver o passado, que se torna possível transformá-lo num presente constante. E se não for por melhor oportunidade é com esse amor que se prepara o futuro. As memórias não são mais do que o potencial que temos para revelar desde sempre e que nos fica guardado no mais fundo que há em nós.

É por isso que o futuro continua a vir incessante e que a vida continua contigo presente. É por isso que somos seres individuais com um potencial colectivo, é por isso que se sabe viver a separação que a morte nos causa, e se sabe que cada lágrima salgada nos trás mais uma

esperança de vida. Por isso é preciso saber viver, cada hora, cada minuto, cada segundo, numa fé constante naquilo que sentimos profundamente ser a nossa verdade.

Na doçura dos dias que passam, no encanto das coisas bonitas que nos rodeiam, na capacidade de ver a luz brilhante que acompanha cada ser vivo com que somos defrontados. E na capacidade de transformar todo o sofrimento numa aprendizagem profunda de vida, porque nada acontece sem um sentido, porque no mais fundo que há em nós a vida continua a bater o seu ritmo, continua a dar-nos um sentido, para sempre.

João Pato, «Destinos», *Vida Mundial*, Abril de 1999.

Cartas à Teresa sobre a PIDE

(não, sobre a PIDE não; sobre a liberdade)

A PIDE foi mais do que uma polícia política: foi, para três gerações, a negação da liberdade e a tortura das consciências, mesmo para aqueles que nada se atreveram a fazer ou, sequer, a pensar contra o regime.

Peço ajuda aos teus doze anos para reagir contra o pido Rosa Casaco. (O homem não é ex-pido, antigo funcionário de uma corporação extinta. É, pelo que diz e o que não diz, um pido acabado, o mesmo fascista e torcionário de há trinta anos atrás). Peço-te ajuda para não me limitar a lembrar um passado, para poder falar do futuro.

Nada tenho, que fique claro, contra o trabalho jornalístico e editorial que conduziu à publicação da entrevista, no «Expresso». Discordo do título, porque Rosa Casaco não conta tudo, conta aliás, até ver, quase nada, limita-se a tentar pôr a sua própria versão numa história de que há muito sabemos o essencial. Que acabe por dispor dessa oportunidade e exprimir-se à vontade, eis uma prova cabal da superioridade moral e política da democracia sobre a ditadura que tão zelosamente serviu.

Reajo, sobretudo, contra a imagem que o torcionário, com a benevolência do jornal, pretende, fazer passar, a autodissimulação do torcionário em velhote simpático, de bengala e cachimbo, calmamente sentado ou posto em pose junto à Torre de Belém, talvez imbecilmente à procura do qualquer efeito de ligação da sua própria pessoa a um símbolo pátrio de que é bem capaz de se dizer ainda guardião. Reajo porque é preciso reagir contra o apagamento da memória, porque é preciso insistir tantas vezes quantas as necessárias que este homem é um pido, chefe de pides, criminoso e covarde, como todos os torcionários são covardes, mesmo no aparente desafio de se passear impunemente num país que o condenou e procura.

É indispensável que esta verdade crua não fique menorizada ou dissolvida pela sensação jornalística ou pela simples composição histórica. A PIDE foi, no plano dos factos e no dos símbolos, a máxima realização da ditadura. Foi a máquina sinistra sem a qual a máscara paternal de Salazar não seria possível. Porque o ditador só pode beneficiar, durante décadas, da resignação e aquiescência passiva de tantos Portugueses, porque a resignação se fundava no medo e a aquiescência resultava da impossibilidade de conhecer e experimentar condições e projectos de vida alternativos.

A PIDE, Teresa, não foi apenas uma polícia política, que actuava à margem das próprias leis da ditadura e perseguia e torturava opositores e resistentes. A PIDE foi mais do que isso: foi, para três gerações, a negação da liberdade e a tortura das consciências, mesmo para aqueles que nada se atreveram a fazer ou, sequer, a pensar contra o regime. Tens exemplos em todas as famílias, de como o sistema de repressão não só matou e torturou resistentes, e privou de liberdade, de trabalho e de família tantos deles, como, mais massivamente, condicionou as vidas e os horizontes das pessoas, tornando-as medrosas, acomodadas, invertebradas, ou pura e simplesmente negando-lhes a informação e o conhecimento do mundo necessários para tomar opções. E não se tratava somente de «política», mesmo que se tratasse já era de

mais, três gerações seguidas não souberam o que era votar, escolhendo entre programas e candidaturas rivais. Os direitos fundamentais para tudo o que constitui o quotidiano eram negados, a liberdade de exprimir o pensamento e a opinião, de trocar ideias, de saber os factos, de construir relações pessoais baseadas no mútuo consentimento, de professar religiões, deslocar-se, desenvolver carreiras profissionais, organizar-se, ver os filmes que se queria, ler os livros de que se gostava, e dizer não a uma guerra que era ilegítima e absurda.

Rosa Casaco entrou clandestinamente no País e fez-se fotografar tranquilamente, na rua, a comprar castanhas. É um desafio? Talvez não. Com o nosso empenho, da minha e da tua geração e dos que hão-de vir depois de nós, ele nunca conseguirá fazer-nos voltar atrás, aquém do limiar da liberdade. Ele e os seus sequazes, que estão entre nós, e às vezes onde menos se espera, mas sempre no esgoto e na lama, não tem lugar nem no nosso presente nem no nosso futuro.

Porque nós compreendemos o valor da liberdade e por isso a defendemos.

O sentido que peço aos teus doze anos, para a minha emoção, é, pois, o sentido do futuro. A liberdade tem de ser constantemente compreendida e defendida. A liberdade não é o vale-tudo, mas a responsabilidade de cada um de nós escolher e responder pelas suas escolhas, em cada circunstância. A liberdade não é ficar cada um no seu casulo, fechado e protegido no seu conforto, é perceber que só somos pessoas na relação de uns com os outros e que é nessa relação que conquistamos ou perdemos a liberdade. A liberdade não diz respeito apenas à política, diz respeito a toda a vida, mas tem de ser também política para ser. A liberdade não pode ser sacrificada a mais nada, mas a minha e tua liberdade não pode ser indiferente à falta de liberdade dos outros.

Lutar pela liberdade de todos foi o que fizeram os que foram perseguidos, torturados e mortos por Rosa Casaco e seus pares. E por isso venceram a ditadura, por isso venceram Rosa Casaco, o torcionário covarde que quer parecer convicto e tranquilo, mas já está há muito tempo degradado e corroído...

Augusto Santos Silva, *Público*, 18 de Fevereiro de 1998.

Talvez, no dia 25 de Abril

Quando saio da Torre do Tombo, depois de horas seguidas dentro dos arquivos da Pide, tenho quase a sensação de que alguém me persegue. Sinto-me sob suspeita. Uma presumível investigadora. As hieráticas e autoritárias palmeiras a abrirem, simétricas, uma ala na entrada principal, se calhar, também ajudam. Não eram muito mais bonitas, reconfortantes e adequadas, velhas oliveiras mediterrâneas, cheias de rugas e de concavidades, que já ornamentam potentes e orgulhosas, praças e pracetas de algumas cidades, à venda no barrocal algarvio para transplantar?

De certo modo, essa sensação de presumível investigadora, até se justifica, mas isso só eu sei, porque dentro dos Arquivos Nacionais, onde tantos documentos há para investigar sobre a nossa História secular, desde o Ministério do Reino ao Tribunal do Santo Ofício, que estendeu a sua acção entre 1536 a 1821, apenas consulto os processos policiais do Século XX e, o que ainda é pior, mas isso só eu sei, chego a convencer-me que só esses arquivos existem naquele edifício inteligente ou que só esses interessam, o que é a mesma coisa.

Na Torre do Tombo, onde outrora trabalhou Fernão Lopes, que me ensinou a amar a crónica e a história, a plebe e a escrita, para sempre, agora, na Alameda da Universidade, perto de um grande viveiro de plantas, há quilómetros de prateleiras de documentos que contêm o nosso enorme vazio histórico. O nosso fascismo foi também isso: um enorme fosso sobre toda a história contemporânea.

A acção da polícia política, em termos de vigilância, excede tudo o que se possa imaginar. Meticulosa, insidiosa, servil, duradoura, permanente. Foram repartições inteiras a trabalharem, às vezes por turnos contínuos, ao longo das quase vinte e quatro horas por dia, seguindo os passos e os táxis das pessoas, disfarçando-se às portas das casas de família e dos empregos, ouvindo conversas, dissimulados, frequentemente, dentro de carros, tudo anotando e registando. Desde um comentário sobre um artigo de jornal, numa barbearia, ao modo como estava vestido o perseguido; as lojas em que entrava; os títulos dos jornais que comprava; a garagem em que punha o carro a arranjar, em nome de quem estava o automóvel, se fora comprado a pronto ou a prestações, se alguém era visto à janela e por quanto tempo; quem entrava e quem saía, pela porta da rua e das traseiras, com anotação de hora e do aspecto dos visitantes quando desconhecidos, nomes quando conhecidos.

Há um agente que na descrição de uma pessoa diz, sobre «o referenciado» que «usa cabelo escuro, puxado para trás, olhos azulados e camurcine». Outro revela que a epigrafada «entrou numa tabacaria, onde comprou o *Diário de Lisboa* e a *República*, perto do local da sua residência e depois dirigiu-se para casa, após ter estado por momentos em conversa com uma vendedeira de flores, a quem comprou um ramo». Seriam goivos? Seriam jarros? Teriam já florido os jacarandás do Campo Pequeno?

Eles registavam, de noite, se a residência estava iluminada, de dia se a dona fora almoçar a casa, se era portadora de embrulhos, cestos, malas, almofadas ou livros. A minha mãe chegou a ter sete agentes à sua volta, antes de ser presa.

Um indivíduo que «mantinha ligação com o epigrafado, dentro do campo marxista e uma rapariga que não era estranha aos manejos», em linguagem policial dos anos quarenta, são referenciados pelos zelosos servidores. E os informadores? Podia ser um jardineiro, o

homem da mercearia, a criada que nos abria a cama à noite? Mesmo a vendedeira de flores? O parente engenheiro? O namorado da filha? E aquela vizinha metediça? Por qualquer nome assinalado, é mandada uma cópia para o respectivo processo ou levantado um processo novo ou mandado para averiguações. É o cerco cerrado ao círculo das relações de amizade e de todos os contactos quotidianos.

Os nomes são todos importantíssimos. As pessoas presentes numa conferência que aplaude a vitória das Nações Unidas, no pós-guerra ou num enterro, como no de Jaime Cortesão: os subscritores do abaixo-assinado para que fosse arquivado o processo Aquilino Ribeiro que escreveu «a coberto da ficção literária» *Quando os lobos uivam*: os signatários promotores de homenagens, como a que foi feita ao escritor Jorge Amado, que esteve uma hora, em trânsito, no aeroporto de Lisboa, onde «foi cumprimentado por um grupo de conhecidos intelectuais», ainda não se falava em lusofonia, têm os seus nomes completos levantados, depois, em ofício. São detectados pormenores assustadores: «não se notou que tivesse recebido ou entregue qualquer coisa».

Se uma associação recreativa cria uma secção cultural, como foi o caso do Clube Estrela da Amadora, nos anos cinquenta, é logo elaborado um relatório de averiguações onde consta que «consta que se fazem reuniões de carácter reservado».

É mandado averiguar, além do mais, e expressamente, «o modo de vida, o porte moral e político», dos «suspeitos na sua forma política de pensar», dado ser «pessoa adversa ao Estado Novo», comunista, pró-comunista ou conhecido oposicionista, o que é feito com estranho brio e minúcia de função: sempre atento e vigilante na hora que passa, verifiquei quando em serviço de vigilância que o indivíduo transportava uma pasta volumosa e uma mala rectangular cor verde escuro...».

Os processos policiais estão cheios de cartas deixadas seguir, atrasadas, o seu caminho, recortes de imprensa de artigos assinados ou onde os perseguidos são referenciados. Relatórios integrais de escutas, de brigadas, de informações de postos fronteiriços, de aeroportos e de estações de embarque. Troca de ofícios entre inspectores da polícia e administrações: exigindo a apreensão da correspondência, são constantes. Cópias de comunicados da Comissão Pró-Liberdade de Expressão, por exemplo: até fichas de sócios de associações estatutariamente legais, como a Associação Feminina Portuguesa para a Paz, dos finais dos anos trinta.

Trocam-se e pedem-se informações entre os ministérios e entre as instituições. Da própria cadeia indaga-se se há inconveniente em fazer seguir determinada carta para determinado recluso. Um consulado europeu quer saber se pode dar o passaporte em nome do «nacional» sicrano. Remetem-se, no original, requerimentos de Bilhetes de Identidade, que são integralmente fotografados, bem como as respectivas fotografias, das quais se fazem várias cópias. Remete-se a «título informativo» e com muita honra, cópias de um folheto ou de um panfleto, mesmo que tenha sido apanhado na rua. Apreendem-se jornais estrangeiros e as respectivas cintas, que dão entrada num Gabinete de Estudos. Retiram-se os selos dos envelopes... para alguma colecção particular ou para futuro negócio. Postais de crianças e suas fotos são interceptadas, sem visível intuito.

Os cidadãos bem informados sabem que é assim, talvez não tanto, mas escrevem, continuam a escrever «na esperança que esta carta chegue às vossas mãos», usando pequenas astúcias, mal sabendo que, depois, são feitas anotações elucidativas: «o remetente é falso», «interceptado

via Paris» ou «a letra de sobrescrito é de fulano». Quando chegam aos seus destinos, as correspondências, as encomendas, violadas, levam dezoito dias e mais. «Hoje, tudo ultrapassado».

Qual é o interesse político deste quotidiano da vida? Pode-se considerar íntima esta vida privada? Pode-se considerar íntima esta vida privada tão vasculhada e devassada?

Conhecem-se as arbitrariedades policiais, as brutalidades nas prisões, nas capturas, onde até os colchões eram desmanchados à navalha ou a pé-de-cabra, na busca de papéis comprometedores. Conhecem-se as sevícias nos interrogatórios, que poderia ser apenas a ressonância de uma pancada ritmada de um lápis, em cima de uma secretária, aos ouvidos de uma estátua de sono. Sevícias. Como também as intimidações e as ameaças. Conhece-se menos a insidiosa devassa das vidas das pessoas a bem da nação. O que é isso comparado com os curros do Aljube e as celas de Peniche? Com a incomunicabilidade de anos? Com os parlatórios de Caxias? Os longos corredores? Vale a pena revelar? Para que não se repita? Mas alguma experiência é porventura rigorosamente transmissível? *Pour les enfants après?*

Um dia, a caminho do Palácio da Ajuda, num táxi, o motorista, simpático, pergunta-me:

– A Senhora trabalha no Palácio?

– Sim, mas são muitos os serviços e os edifícios.

– É que tenho lá um familiar que era funcionário da Pide, que trabalhava na Antónia Maria Cardoso. Mudou para aqui, não sei bem para onde...

E sem qualquer timidez, muito pelo contrário, rematou:

– É tudo Estado.

Fico lívida, agoniada, hirta. Lido mal com esta memória oficial. Lido mal com histórias oficiosas. Com ofícios. Com cerimónias oficiais. Com funcionários.

Na sala de leitura da alcatifa, amarelo Van Gogh, impecavelmente limpa e uniforme, no edifício da Torre das gárgulas gigantescas, sem ácaros e sem morcegos, mas também sem uma brisa, nessa espaçosa sala cheia de silêncio, onde estudo tão bem, horas e horas, o que me vem à memória, por momentos, é esse terrível diálogo, a caminho do Ministério da Cultura, atravessando a serra de Monsanto, numa manhã fria. Mais valia ter apanhado o 32, como habitualmente, o autocarro que sobe penosamente as colinas da cidade, durante quase uma hora, os arranques, na degradada Rua da Aliança Operária, depois de ter acelerado galhardamente, na Avenida 24 de Julho, paralela ao Tejo e à linha férrea do comboio da marginal. O condutor estaria a assobiar ou é impressão minha? Há quanto tempo não oiço um homem a assobiar, enquanto trabalha?

A pasta do processo 720-SCCI (2), com novecentas e tal folhas, de texturas e consistências diversas, com preservação irregular, sem ordem cronológica, nem temática, ainda com as classificações policiais, é volumosa. Há mais quinze, pelo menos. Apeteceu-me tanto ter roubado uma fotografia, havia tantas, tipo passe, que a minha mãe tirou, em 1957, aos 39 anos. Estava tão bonita, com uma camisola de lã chegada ao peito e a vaidade e o asseio de um pequeno lenço de seda ao pescoço! Parece-me que a vejo, assim, pela primeira vez. Andava eu com quinze anos, era estudante, o que eu mais gostava, e ainda uma «rapariga desconhecida» da polícia. Apeteceu-me também roubar uma carta original de Piteira Santos, meu saudoso pai-padrasto, ao seu advogado, ali presa tantos anos:

«Escrevo de longe. E escrevo sem qualquer propósito definido, sem qualquer motivo preciso. Nem sequer aquela razão pungente que levou o meu antecessor (no exílio), Manuel Tei-

xeira Gomes a vencer a distância com uma correspondência metódica. É certo que a língua portuguesa me vai fugindo, traindo. Mas creia que não é para me forçar a um exercício de estilo que lhe escrevo. Não me sinto possuído da fúria (no sentido camoniano) de epistológrafo.» Ah! O travo da literatura!

Apeteceu-me roubar, também, o preâmbulo que ele dirigiu ao jornal *República*, a propósito da homenagem, em 1973, à Maria Lamas, sobre quem faço nestes anos uma tese de mestrado, que se arrasta inexplicavelmente. No original, com a sua caligrafia miúda, perfeita, uma solene declaração, em letra de forma: «Devemos todos à Maria Lamas o exemplo de muitos anos de trabalho e de combate. Alguns – e entre eles me conto – devemos-lhe, também, camaradagem firme e calorosa amizade.» Ter-lhe-á feito falta, à Maria Lamas, naquele anos, o conforto destas palavras insubstituíveis? Terá estranhado não ter vindo de Alger, nem um texto, nem uma palavra, para a Casa da Imprensa, onde se realizou a festa dos seus oitenta anos?

Roubei uma quantidade de palavras. E pensar que é tanto...! Roubei apenas palavras. Há sim palavras insubstituíveis! E, portanto, também pessoas. Nas palavras tudo fica. Fica tudo na retina da escrita. O passado, as memórias, mesmo muitas imagens e até algumas recordações. *Tes yeux sont beaux, Mon Dieu! Tu as des souvenirs!... tes yeux sont tristes! Mon Dieu! Tu as des souvenirs!...*

Quando a minha mãe foi presa, no princípio dos anos sessenta, tinha eu dezoito anos acabados de fazer, escrevi-lhe todos os dias e sabia que a censura na prisão lia as cartas e punha os carimbos. Mesmo entregues, em mão, tinham que levar selos. Ah! O temível rigor da burocracia! Ela esteve 53 dias no Forte de Caxias, no reduto Norte, e devolveu-me, há pouco tempo, agradecida, emocionada, o molho das minhas 53 cartas que eram dela. Ainda não sei quando é que irei abrir esse embrulho. Talvez, talvez, no próximo dia 25 de Abril.

Sinceramente, o que mais me impressiona não é o assédio e a devassa da vida pessoal, talvez, talvez, mas só à primeira vista. Pois se até o catecismo salazarista alterou os Dez Mandamentos acrescentando a *Honrar pai e mãe*: «e os nossos legítimos superiores» e cortando: «ao próximo como a nós mesmos», a seguir de *Amar a Deus...!* Alguém acredita? O que mais me impressiona nestes documentos da PIDE-DGS-ANTT, que bem podiam estar a salvo de brigadas de escavações arquivísticas, talqualmente fossem pinturas ruprestes ou ruínas romanas, é verificar o carácter amanuense, aparentemente apenas zeloso, o zelo do Inspector Elias, essa fantástica personagem criada pelo escritor José Cardoso Pires, das temíveis ditaduras de todas as liberdades do pensamento e não saber como hoje se dissimulam nas nossas vidas e se ocultam no mundo.

Só sei que na poesia não é, e, às vezes, isso basta-me. Confirmei-o, ali mesmo, na torre do Tombo, num poema de Sophia reproduzido num cartaz da oposição apreendido.

*Nunca choraremos bastante quando vemos
O gesto criador ser impedido!
Nunca choraremos bastante quando vemos
Que quem ousa lutar é destruído
Por traça, por insídia, por venenos
E por outras maneiras que sabemos
Tão sábias, tão subtis e tão peritas
que não podem sequer ser bem descritas...*

O 25 de Abril, em que mês aconteceu?

Camarada Povo é o nome de uma pessoa, um homem. No tempo colonial era conhecido por Povo, trabalhava na construção civil como pedreiro e nas horas vagas fazia biscates no mercado de verduras onde era famoso pela forma encantatória como atraía os fregueses. Essas duas profissões conjugadas permitiram-lhe uma vasta experiência das pessoas, tanto quantitativa como qualitativamente, o que fez com que viesse a ter uma acção determinante na mobilização popular de 74/75 com vista à independência nacional, de cuja causa Povo se revelou um destemido arauto.

Aliás, foi por essa altura que juntou ao telúrico do seu nome a fraternidade da palavra «camarada», e não foi em vão que calcorreou os subúrbios da cidade aos gritos de «Camarada Povo apela ao povo, independência ou morte, venceremos!» – cerca de oitenta por cento da população nacional votou a favor da independência.

Os novos poderes não foram ingratos, e por esse feito glorioso Povo viria a ser elevado à dignidade de membro das Forças Armadas Revolucionárias do Povo, com o posto militar de cabo, embora tenha ficado para sempre com o afectuoso nome de «Camarada Povo».

Mas, curiosamente, integrado nas Forças Armadas, Camarada Povo viria a revelar-se um fanático da ordem, da pontualidade do livro de ponto, enfim, da burocracia. Para ele tudo tinha que estar em papel, nos «documento». O que não estivesse escrito não existia, não valia o pena ninguém invocá-lo perante Povo, de tal modo que até poderia ser caso para dizer que sem saber Povo passava o tempo a aplicar um adágio corrente nos meios jurídico-judiciais: o que não está no processo não existe no mundo! Com efeito, perante ele todas as reclamações, exigências, sugestões, pedidos, queixas, tinham que estar em forma de documento, tanto mais que para fosse o que fosse o Camarada Povo tinha uma única resposta: «Antes de dizer alguma coisa, tomar uma decisão, tenho primeiro que ver os papéis, consultar os “documento”».

Ora aconteceu que um dia Camarada Povo sai para a parada do quartel e vê um avultado grupo de soldados rasos em acesa discussão, como que a querer deitar o quartel abaixo. Povo aproxima-se de imediato do seu pessoal, já temendo alguma perturbação da disciplina, levantamento de rancho ou coisa assim. Porém, à sua chegada todos se calam circunspectos e ele mais fica temendo por alguma sedição.

Que se passa aqui, pergunta autoritário, como sabem no tempo colonial ajuntamentos de mais de uma pessoa eram proibidos, a PIDE quando via logo tomava conta, prendia e investigava e até caceteava. Mas vocês, membros das Forças Armadas Revolucionárias do Povo, o braço armado do povo na luta contra a exploração do homem pelo homem, não fica bem estarem assim aos magotes, têm é que estar espalhados e vigilantes contra o boato, não sei se sabem que o boato é a arma de que a reacção se serve para travar uma luta justa, isto tudo está nos «documento», nas leis, nos livros...

E nesse ponto o Camarada Povo faz um breve intervalo para tomar fôlego e um dos soldados aproveita: «Camarada Povo», diz ele respeitoso, «nós estávamos aqui a discutir sem chegar a acordo, mas todos queremos saber e o camarada podia esclarecer-nos porque todos estamos com essa dúvida, isto é, o 25 de Abril foi em Setembro ou em Outubro?»

O Camarada Povo começou por suspirar aliviado diante da aparente simplicidade da pergunta, afinal das contas não havia perturbação da ordem militar a exigir tomada de posição. Mas logo caiu em si ao dar conta de que a coisa também não era de fácil resposta. Coçou a cabeça pensativo tentando absorver-se na memória a ver se chegava lá, mas viu que era inútil: «Agora é que vocês me lixarem porque também já me deixaram na dúvida, acabou por responder pensativo, tenho que ir consultar os ‘documento’, a ver em que mês aconteceu o 25 de Abril».

Germano Almeida, *Público*, 11 de Abril de 1999.

HISTÓRIAS DE AMOR

Miguel

DIGA-SE O QUE SE DISSER

O MEU PAI DIZ QUE
O 25 DE ABRIL FOI O DIA
MAIS FELIZ DA
VIDA DELE



O MEU PAI DIZ QUE
TUDO ERA MELHOR
ANTES DO 25 DE
ABRIL



O MEU PAI DIZ QUE
O 25 DE ABRIL FOI A PRIMEIRA
REVOLUÇÃO NÃO SANGRENTO
DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE



O MEU PAI DIZ QUE,
DIGA-SE O QUE SE DISSER,
FOI POR CAUSA DO 25 DE ABRIL
QUE PERDEMOS O IMPÉRIO



O MEU PAI DIZ QUE
DEVEMOS ESTAR AGRADECIDOS
AOS HOMENS QUE FIZERAM
O 25 DE ABRIL



O MEU PAI DIZ QUE O KAULZA
DE ARRIAGA TEM RAZÃO QUANDO
DIZ QUE O KENNEDY DEVIA TER
SIDO ASSASSINADO UNS ANOS
MAIS CEDO



O MEU PAI DIZ QUE
O KAULZA DE ARRIAGA
DEVIA TER NASCIDO UNS
ANOS-LUZ MAIS LONGE



O MEU PAI DIZ
QUE AGORA SE
DIZ MUITA COISA ...



O MEU PAI DIZ QUE
DIGA-SE O QUE SE DISSER
AGORA PODE DIZER-SE!



Palavras que nasceram com a década

Sob novas e diversas influências, a língua portuguesa regista nestes dez anos novos vocábulos e expressões. O dicionário e os depoimentos que se seguem constituem uma abordagem possível do fenómeno

<p>ABRANGÊNCIA Abrangimento. Abrangente. Provavelmente a mais recente contribuição para o léxico político do pós-25 de Abril.</p>	<p>deslocado em termos do chamado poder autárquico ou local.</p>	<p>numa boa/numa má (ou péssima ...)/nessa; numa naice; onda; transar; tudo bem.</p>	<p>CENÁRIO Exercício livre nas análises políticas muito à base dos chamados factos políticos.</p>
<p>ANÁLISE (POLÍTICA) O vocabulário não é novo mas a expressão consagraria um género jornalístico específico.</p>	<p>BARÃO Referência a certas figuras (normalmente da província) do PSD em analogia ao peso político, dos «barons» gaullistas.</p>	<p>CAMARADA Forma de tratamento antes só circunscrita aos militares – ou aos movimentos de resistência na clandestinidade. Dez anos depois pode igualmente significar amigo, companheiro ou correligionário.</p>	<p>CENTRISMO Nova categoria político-partidária.</p>
<p>ATEMPADAMENTE A tempo e horas. «O Governo divulgará atempadamente o pacote de medidas a implementar».</p>	<p>BASTANTE É o que basta, mas generalizou-se como «muito».</p>	<p>CARTUNISTA «Cartoon» em português, que se impôs a caricaturista.</p>	<p>CIMEIRA Encontro ao mais alto nível.</p>
<p>AUTARCA «Ditador» (de autarquia) é como ainda se lhe refere a última edição do Novo Dicionário Moraes (1980) sentido manifestamente</p>	<p>BIPOLARIZAÇÃO Tese sobre a divisão do país em dois campos políticos opostos e aparentemente homogéneos.</p>	<p>CASSETE Aport. de «cassette», Cassete política: os franceses chamam-lhe «langue de bois».</p>	<p>CIVILISMO Oposição à estatização e à intervenção dos militares na vida nacional. «Libertação da sociedade civil».</p>
	<p>BRASILEIRISMOS Via, sobretudo, telenovelas. Modismos mais ou menos efémeros proliferam, em muitas e variadas tonalidades: estar</p>		<p>COLABORADOR Em sentido de trabalhador ou empregado – tal como noutro registo posto de trabalho passou a substituir a palavra «emprego».</p>

<p>COMPUTADORIZAR Submeter a tratamento de computador (prevaleceu o anglicismo em vez do mais melodioso galicismo ordenador).</p>	<p>três «D» inscritos no Programa do MFA em 74: «Descolonizar, democratizar, desenvolver».</p>	<p>DILEMÁTICA Utilizado como substantivo é um dos novos palavrões mais caros ao discurso «tecno».</p>	<p>ESTRANGEIRISMOS Sem conta e da mais diversa proveniência. Normalmente tecnicismos intraduzíveis «audio», «boom», «check-up», «dancing», «design», «feeling», «foreing», «freak», «know-how», «holding», «jogging», «lay-off», «leasing», «lobby», «performance», «speed», «spray», «stress», «stop and go» (política económica de vários governos), «slogan», «snack», «timing», «T-shirt», «underground», «video-tape».</p>
<p>CONOTAR Ter afinidade ou simpatia, estabelecer ligação.</p>	<p>DESESTABILIZAÇÃO Confusão, desordem, caos. «Fazer um PREC»</p>	<p>DISCOTECA Utilizado na acepção de «dancing».</p>	<p>DOPAR «Doping» ainda resiste ao seu apertuguesamento, mas o verbo já ganhou foros de cidadania.</p>
<p>CONTEXTO Com o equivalente de situação mas há quem se refira já a «este contexto de situação».</p>	<p>DESINFORMAÇÃO Informar mal. «Campanha de contra-informação».</p>	<p>ELENCAR De elenco: arrolar.</p>	<p>EXCEDENTÁRIO Tomado como substantivo: excedente. Empresas em situação económica difícil.</p>
<p>CONTROLO Neologismo generalizado. Controlo operário; controlo da Comunicação Social.</p>	<p>DESINTERVENÇÕES Devoluções, desocupações, desnacionalizações. Tirando o prefixo recuaremos aos tempos da cintura industrial e da via original para o socialismo.</p>	<p>EMPREENDEDOR Sinónimo de empregador, empresário, investidor, em detrimento progressivo do termo capitalista ou patrão («Patrão, por seu turno, vem a ser recuperado na gíria desportiva ... o verdadeiro patrão da equipa).</p>	<p>FULANIZAR Pessoalizar na política.</p>
<p>COOPERANTE Como substantivo, passa a definir o estatuto dos emigrantes, nos países africanos de expressão oficial portuguesa.</p>	<p>DESPOLETAR A Brigada de Minas e Armadilhas da PSP costuma fazê-lo mas na Comunicação Social ficou exactamente como «accionar».</p>	<p>ESCAPISMO Fuga da realidade</p>	<p>FUNILIZAR De funil. Informação funilizada.</p>
<p>DESCOLONIZAÇÃO Termo da segunda metade deste século, é um dos</p>			

<p>GESTOR Na acepção de administrador. Gestor público. Conselho de Gerência. Gestão democrática.</p> <p>GOVERNAMENTALIZAR Pôr ao serviço do Governo.</p> <p>GRATIFICANTE Gratificador.</p> <p>IMPLEMENTAR Pôr em execução. Começou como gíria dos informáticos, pegou, e políticos, economistas e jornais tornaram-na uma das palavras actualmente mais em moda.</p> <p>INFORMAÇÕES No plural, volta a estar na ordem do dia na acepção de Serviço de Informações.</p> <p>INFORMADOR Dez anos atrás era uma palavra maldita, associada à Pide, que ninguém empregava como sinónimo de fonte de informação.</p>	<p>INFORMÁTICA Salvo o caso de recentes obras específicas, em Portugal os dicionários e prontuários desconhecem ainda a palavra. A informatização e a sua linguagem codificada vulgarizaram-se entre nós («bit», «byte», «burótica», «octeto», «hardware», «input-output», «robótica», «software»).</p> <p>INSTRUMENTALIZAR Manipular, manobrar.</p> <p>JARGÃO Galicismo. O galicismo não é novo mas serve para registar alguns exemplos do calão mais conhecido nos últimos dez anos: bacano, bófia, comuna, granel (bernarda), facho, flipado, manife, passa, pedrada, reacção, revisa, xuxas.</p>	<p>LÍDER Começa com «leader» e a adaptação é completa: liderar, liderança.</p> <p>LISTAGEM Maneira tecnocrática de dizer lista.</p> <p>MASSIFICAÇÃO Duplo sentido: generalização /uniformização. Massas, massivo (em vez de maciço).</p> <p>MILITÂNCIA Já em sentido diferente do termo castrense «militança».</p> <p>OBJECTOR Aquele que faz objecção de consciência.</p> <p>OPERACIONAL Substantivado, passou a especificar uma categoria de militares com intervenção activa durante o Verão quente de 75 em oposição aos chamados «políticos».</p>	<p>PACOTE Conjunto de medidas.</p> <p>PARÂMETRO Condicionalismo, delimitação variável.</p> <p>PARQUEAMENTO Acto de parquear (estacionar em parque automóvel).</p> <p>PARTIDARIZAÇÃO Acto ou efeito de se tornar correia de transmissão de.</p> <p>POSICIONAMENTO «Optou por um posicionamento pouco transparente...»</p> <p>PRIMEIRA-MINISTRA – Já tivemos uma, há a «dama de ferro» e, à parte as resistências habituais, é uma das palavras que nasceram com a década.</p> <p>PRIMO-DIVISIONÁRIO Que é da Primeira Divisão.</p>
--	---	--	--

<p>PRIMO-MINISTERIÁVEL Candidato ou com condições para o cargo de primeiro-ministro. Presidenciável. Ministeriável.</p>	<p>REFERENCIAL Agora como substantivo: o m.q. «referência».</p>	<p>SEXISMO Chauvinismo sexual.</p>	<p>VECTOR Novo substantivo: linha de força, componente.</p>
<p>PROBLEMÁTICA Evolução como substantivo: complexo de problemas.</p>	<p>RELANÇAR Estimular de novo. Retoma.</p>	<p>SUBMARINO Infiltrado.</p>	<p>VIABILIZAÇÃO Viabilidade. Contratos de viabilização.</p>
<p>PSICOLOGIA Parte do seu vocabulário específico ganhou significado mais alargado, estendendo-se a outros campos do conhecimento: análise, bloqueamento, depressão, inconsciente colectivo, neurose, paranóia, traumático.</p>	<p>REPRIVATIZAÇÃO Acto ou efeito de desnacionalizar as empresas do sector público.</p>	<p>SUBSTRATO Depois da rábula «Esteves»/ «O Tal Canal» o hermético conceito filosófico de Cândido Figueiredo saltou para as bocas do mundo.</p>	<p>VISUAL Aspecto, aparência, «(new)look».</p>
<p>PSICOLOGIA Parte do seu vocabulário específico ganhou significado mais alargado, estendendo-se a outros campos do conhecimento: análise, bloqueamento, depressão, inconsciente colectivo, neurose, paranóia, traumático.</p>	<p>RETORNADO Regressado das ex-colónias.</p>	<p>TORRE Arranha-céus.</p>	<p>WINDSURF Veio a novidade, ficou a palavra original: ninguém diz «prancha à vela» (ainda no vocabulário desportivo: «rugby» já ficou rãguebi e «crack» já é craque. enquanto «golf» já se escreve golfe).</p>
<p>QUALIDADE (DE VIDA) Conceito meramente institucional, mas que se impôs como variante de nível de vida.</p>	<p>ROQUEIRO Roquista. Se bem que já existisse o movimento «rock», vulgarizou-se a versão portuguesa.</p>	<p>TRAVESTIZAR(-SE) Mascarar(-se), disfarçar(-se).</p>	<p>YA «Ya, meu»</p>
<p>RECICLAR Actualizar.</p>	<p>SANEAR No sentido de afastar, demitir, expulsar.</p>	<p>TUTELA Dependência. Ministério da tutela.</p>	<p>ZIMBABUEANO Disse-se e escreveu-se em vários sons e tons, até assumir uma feição portuguesa. Aliás como em relação a outros gentílicos desta década: afegão, grenadino, namibiano.</p>
	<p>SENSIBILIDADE Tendência, facção.</p>	<p>UNICIDADE No sentido de unidade monolítica. «Unicidade sindical».</p>	
	<p>SENSIBILIZAÇÃO Acção de sensibilizar as populações durante as campanhas de dinamização cultural da 5.^a Divisão.</p>	<p>VALORAÇÃO Valorar.</p>	
		<p>VERDES Ecologistas. Movimento político de raiz ecologista.</p>	

Vinte emblemas para vinte anos

Em 20 anos mudou quase tudo. O passado próximo tornou-se estranho. Os factos e os dados (históricos, políticos, etc.) são aqueles de que nos lembramos melhor, mas há os outros, os que produziram pequenas rupturas decisivas para termos mudado assim. Deixamos de comprar a pílula como «tratamento hormonal». A praia tornou-se o acontecimento democrático do nosso Verão, temos casas com «design» e comemos comida micro-ondulada, vamos conviver para o hipermercado ou para o centro comercial e pagamos com multibanco, regressamos a uma «natureza» onde nunca tínhamos estado. Praticamos desporto para termos uma relação «harmoniosa» com o corpo e pensamos seriamente em deixar de fumar, os heterossexuais descobrem outros mundos, e redescobrem o dos preservativos por causa da sida, como os homossexuais (que ainda não formam um «lobby» mas mostraram que existem). Os pobres tornam-se «um problema social», as sondagens permitem-nos pensar que alguém quer saber qual é a

nossa opinião sobre marcas de iogurte ou sobre políticos e que isso vai servir para alguma coisa. Passámos a ter novas categorias e ainda hesitamos em chamar-lhes grupos sociais, como os toxicodependentes. As mulheres passaram a ter um princípio de protagonismo. Sair à noite desenvolveu a sua mística particular. A preocupação com «a moda» generalizou-se. Parqueamos nos passeios, atravessamos na diagonal e dizemos que não há «uma política de habitação». O «assédio sexual» substituiu a ideia de que havia um «natural» comportamento dos homens. A moral da igreja católica parece-nos mais liberal quando comparamos com as outras religiões. O telecommando e a parabólica dão-nos, entre outras, a alegria de ficarmos com uma ideia de tudo o que não teremos de aguentar nos nossos quatro canais de televisão. Claro que este inventário de 20 passagens de uma época para outra é incompleto, forçosamente aproximativo e parcial. Não tem uma ordem específica, serve como sugestão de método para repararmos

naquilo em que nos tornámos, além de visivelmente mais velhos.

1

A família

O casamento aumentou entre 1950 e 1970, desceu desde essa época até agora. O maior número de divórcios (entre 1950 e 1970 foram os casamentos civis os que aumentaram mais; o divórcio perdeu o lado de «estigma social») contribuiu para «novas famílias» monoparentais e para as crianças com famílias e casas que se duplicam uma para a semana, outra para o fim-de-semana. Nos meios urbanos, surgiu outro género de «famílias» formadas por grupos de amigos (e foi assim que as pessoas que vivem sozinhas substituíram as antigas famílias numerosas). A dissociação casamento/sexualidade, com a liberalização da venda dos métodos anticoncepcionais (para a pílula deixou de ser obrigatória a receita mencionando «tratamento hormonal»), por um lado, e

por outro a liberalização dos costumes e das leis marcando a tolerância pela «união de facto» e pelos filhos extracasamento concorreram para o casamento perder a mais-valia que tinha (sexo legal, estatuto para as crianças). O adultério, a antiga cereja em cima do bolo da noiva, perdeu um pouco da clandestinidade (já ninguém diz «enganar»). O casamento instituição aproximou-se da união de facto: passaram a ser duas modalidades possíveis para a mesma coisa, um contrato entre duas pessoas. Casar deixou de ser a única maneira de cautionar uma coisa que sem papéis era falsa.

2

As férias

O hábito das férias mudou a paisagem. Agora as férias são o acontecimento democrático do nosso Verão. As melhores frases são de Joaquim Manuel Magalhães: «Entre o mar e as pessoas que pretendem usufruí-lo erguem-se tendas e tendas a ver quem consegue ficar mais perto de rebentação; diante das casas param os atrelados;

nos quintais alugam-se pedaços para encher de carroças albergantes de rurais em férias; vive-se semanas dentro de um tractor (...).» As praias «são hoje bairros da lata de verão, consentidos senão mesmo promovidos pelas chamadas autarquias». Esta espécie de vingança social sem nenhum fito permite às pessoas mais cívicas, geralmente embaraçadas, terem conversas sobre o que se fez ao Portinho da Arrábida, ou o que se fez ao Algarve, ou o que se está a fazer à costa alentejana em geral. Instituiu-se o campismo sem parques, instituíram-se as camionetas mais as mantas à beira-mar. O «país rural» vai a banhos. Mais ou menos constrangido, no entanto: à beira-mar, as mulheres do campo, de saia e blusa, fazem «crochet» como lá em casa.

3

As casas

As casas nas cidades mudaram por dentro. Mais do que uma vez. Primeiro, as pessoas inundaram a sala de almofadas, deixou de haver o «maple». E luz do tecto também; era preciso

procurar o interruptor do candeeiro debaixo de uma das múltiplas mesinhas anãs e de bambu com tampo de vidro. As plantas da varanda/«marquise», como a fecharam para «arranjar mais uma divisão que nos deu muito jeito», invadiram tudo em vasos e penduradas no tecto mediante sistema de cordas. Um valor que se perdeu nos quartos foi o de um lençol branco bem esticado, mas entretanto apareceram no mercado os «édredons» (que se punham sobre camas sem pés).

Depois veio o «design», as salas ficaram mais vazias mas com muito mais cantos, os dos móveis bicudos e pretos, e as cozinhas passaram a ser mostruários de utensílios (em destaque o micro-ondas. O resto vai deixando de servir. – Por exemplo, para que serve um liquidificador se há pacotes de sumos que já vêm com uma palhinha? Se puséssemos aquelas coisas numa vitrina na sala ficavam tão pouco deslocadas como as caixas de laca da Birmânia. O micro-ondas sim, porque a comida em casa passou a ser micro-ondulada).

4

A comida

Primeiro, havia restaurantes tradicionais (os normais). Ia-se lá jantar uma vez por semana. Depois, apareceram os «hamburgers» uma carne quimicamente interessante; as pizzarias; as croissanterias; as lojas do pão. Numa fase inicial as pessoas atrapalhavam-se por terem de pagar antes, de comer e sair, tudo ao mesmo tempo. Também apareceram os restaurantes «nouvelle cuisine» – a ideia é expor a comida em evidência por cima do molho, sem a hipocrisia de a disfarçar «en croûte»; eventualmente misturar fruta, e dar um ar Zen ao prato. Apareceram ainda os restaurantes de nome-com-conceito, tipo «Atira-te ao Rio».

Multiplicaram-se os serviços de «catering» e de «take away». Para remediar tudo isto, temos mais nutricionistas do que tínhamos dantes.

5

As compras

Os centros comerciais e os hipermercados passaram a marcar as relações familiares de fim-de-semana, e as pessoas fizeram deles a mesma apropriação festiva que dantes marcava as feiras, as praças e os mercados, contentes que ficam a encher os «caddies», a provar que somos um povo sociável, investindo como espaços de sociabilidade mesmo os que não pareciam ser para isso (a continuação da «feira» como ela está em lugares como a Feira de Carcavelos, a Feira do Relógio em Lisboa, a Feira de Sintra ou a Feira de Espinho). Os pais, que antigamente levavam os filhos ao museu e ao jardim aos domingos, agora levamos ao «shopping», o que, favorecendo a integração social, não parece favorecer a sofisticação cultural. Num hipermercado, uma empregada falou do aspecto daquilo quando fecha: há as pessoas que enchem o «caddie» mas já sabem que não têm dinheiro e depois deixem-no ali cheio, abandonado ao fim do dia. Embora o Multibanco seja

provavelmente o novo serviço que mais alterou os hábitos do cidadão, antes da generalização dos cartões de crédito lhe alterarem a relação com o real, a noção «consumo de massas» tem desenlaces menos felizes como este.

6

Os alternativos

Principalmente depois dos anos 80 e da «new age»; as pessoas «regressaram» à natureza onde de resto nunca tinham estado, compraram um jipe e um monte no Alentejo. Outros passaram a interessar-se por artesanato, aqueles objetos que as comunidades rurais, quando deixaram de os utilizar para seu uso quotidiano, passaram a fabricar para os citadinos, que costumam encher os porta-bagagens com toda a tralha de barro, madeira entalhada e cordames que conseguem reunir num passeio de domingo. «Cultura alternativa» nunca chegou a ter o sentido de «contra-cultura» que teve nos EUA. Tem este, adaptado, com sonhos de comunidades tanto quanto possível agrárias, defesa das

drogas leves, simbiose com a natureza (embora os portugueses pareçam gostar realmente de mar, não é inteiramente claro que gostem do campo).

7

O corpo

Antes do 25 de Abril, o «topless» foi proibido. Deixou de ser. Os fatos de banho dos homens também se reduziram. Fora da praia, a roupa tapava todo o corpo, deixou de tapar (e os homens passaram a usar mais vezes calções, embora nunca se tenham «libertado» ao ponto de andar em tronco nu). Rapidamente a causa do corpo «libertado» se tornou uma forma de repressão, com as pessoas a pensarem no corpo que iam mostrar. O número de praticantes de um desporto qualquer aumentou. Para aquela fracção social a que os sociólogos não sabem muito bem se hão-de chamar «nova burguesia urbana», o desporto deixou de ser uma actividade embrutecedora para se ter um item de uma «relação harmoniosa» com o corpo. Importaram-se alguns desportos (surf, asa

delta), instalaram-se os novos (*aeróbica*). As pessoas esforçaram-se como nos outros países, por deixar de fumar: o cigarro começou, também em Portugal a ser associado a vínculo terceiro-mundista e impeditivo da «relação harmoniosa» que temos de ter com o corpo.

8

O sexo

Dantes dizia-se «maricas», agora diz-se «homossexual». As minorias passaram a ter uma visibilidade maior e alguns lugares específicos. A televisão inaugurou os programas sobre sexo. Os «travestis» deram os seus primeiros passos nas ruas da cidade. Nem por isso deixaram de ouvir em fundo «olha aquele gajo é travesti». Surgiram «sex shops» e vendas por catálogos através de imprensa especializada (ainda não há livrarias). E «shows» de sexo «ao vivo». E «strip-tease» feito por homens para mulheres. E massagens. E «escort-girls». E inquéritos sobre a sexualidade dos portugueses. Entretanto desapareceu o único «peep-show» que

havia em Lisboa. As ditas «minorias» ainda estão por formar o seu primeiro «lobby». Quanto aos heterossexuais, começaram a suspeitar de que há mais mundos. Sem a estrutura dos sólidos antigos suportes – «namoro», tendo como objectivo o casamento, com «sentimentos» separados da sexualidade – libertou-se a «sexualidade». As relações amorosas chamam-se, embora sejam sempre as mesmas, «experiências». A sida popularizou (não é bem este o termo) o uso dos preservativos.

9

A exclusão

Dizia-se, «os pobres». Diz-se «pessoas que vivem situações de carência extrema», fala-se em «limiar de pobreza», em «desigualdade social». As pessoas da «desigualdade social» recrutam-se por exemplo, entre os reformados com pensões miseráveis, os migrantes mal sucedidos das zonas rurais para as zonas urbanas; e entre os «novos pobres»: as minorias étnicas, os desempregados, os empregados com

salários muito baixos, os jovens pouco escolarizados e à procura de primeiro emprego. Entre os sem-abrigo encontram-se todos estes grupos. E nos bairros de barracas, nos bairros degradados, nos bairros sociais. A Misericórdia e algumas instituições religiosas continuam a ser, como dantes, os recursos específicos de umas vidas em que se perde progressivamente a ideia de estratégia de vida que não seja a de sobrevivência (apesar de periodicamente se falar na necessidade de tomar medidas, como a reforma dos esquemas de segurança social). Esperou-se, na década de 70 e no princípio da de 80, que os «mais desfavorecidos» tivessem a sua situação melhorada. Mas aos cronicamente pobres juntaram-se os «novos pobres». O aumento teve como resultado passarem a ser considerados «um problema social».

10

A noite

Em finais dos anos 70, em Lisboa, os bares do Cais do Sodré foram frequentados por uma população «de

esquerda» que não era a habitual (Tokyo, Jamaica, como o Big Ben no Porto). No circuito Avenida de Roma Alvalade houve outro pólo (Yes, Brown's) mais «londrino» e menos «esquerda». Ou o 2001, na Linha, para dançar. Nos anos 80, com uma nova geração que tinha vinte anos na época a descobrir o «lock», a «pose» e «sair à noite» como referências dominantes, desenvolveu-se em Lisboa uma «cultura Bairro Alto», com paragens obrigatórias (Frágil, Rock House, Trump's; como no Porto, na Ribeira, o Aniki-Bobó, a Meia Cave; o Labirinto, na Boavista, por exemplo). A «mística nocturna» deixou de estar associada a uma convivialidade feita de ir beber copos e ter conversas neuróticas; as pessoas saíam fundamentalmente para ser vistas nos lugares, equipadas com roupas negras, óculos escuros e gel. Seguiram-se as discotecas da 24 de Julho, muito recentemente as «rave parties». A moda londrina e parisiense das «festas» particulares, mas abertas a todas as pessoas que saibam onde elas são, nunca pegou.

11

A moda

Depois de os «retornados» terem contribuído para introduzir a noção de cor nas roupas portuguesas (até aí, um grupo de pessoas era uma mancha castanha) os anos 80 (que reintroduziram o negro) foram a década em que as pessoas tomaram consciência do que era «a moda». Começaram a discutir marcas. Ana Salazar, ou Manuela Gonçalves tornaram-se referências comuns. As marcas de grande difusão – Benetton, Stefanel, Kookai – instalaram-se. As revistas femininas também. Multiplicaram-se os estilistas nacionais. Passaram a ser vendidas em toda a parte as revistas estrangeiras «com um estilo»: Face, ID etc. Muito recentemente, o grupo Zara contribuiu para dar um novo «look» aos portugueses: roupa com «design» de moda e muito barata uma espécie de Maconde-com-um-«look». No entanto, os portugueses continuam a seguir o calendário para escolher o que vão vestir (a roupa de Verão usa-se a partir de Junho, por exemplo), uma característica de

sociedades pouco modernas. Das ruas tendem a desaparecer as fardas: os marinheiros, os motoristas de táxi, que deixaram de usar «casquette», etc.

12

A língua

O acordo ortográfico, sim ou não, foi um debate que apaixonou os portugueses, que desenvolveram nessa altura uma relação mística com a sua própria língua. A língua, entretanto, foi mudando: primeiro com o vocabulário trazido pelos retornados («meu», «minha», «bué», «mata-bicho», etc.); depois com as telenovelas brasileiras (mães a chamarem «filhotes» aos filhos, «não estou nem aí», «eu disse a eles», etc.); finalmente, através das importações do inglês (nos anúncios de emprego é notório) e nos atropelos de sempre. As segundas pessoas com «s» («já lá fostes»); a particular conjugação do verbo «haver» (há-des», ou «houveram muitas razões para») e «usufruir» («assim não usufru»), ou «ver» («se eu o ver», em vez de «se eu o vir»). Temos expressões como «controlar uma

placa», rezistar uma carta». Apreciações como «verosímél». E «pronto» a acabar as frases.

13

A cidade

Passámos a atravessar nas diagonais e a parquear nos passeios. Lisboa, Porto, Coimbra, passaram a estar sempre em obras e a ter um ar de barba de três dias por fazer. Os bairros também mudaram. Os de barracas (dantes dizia-se «habitação precária») continuam. Em Lisboa, Chelas ainda não acabaram de fazer. Os Olivais foram sucessivamente depreciados, valorizados, etc., conforme o momento em que estavam a ser discutidos. Nos anos 70 surgiu, também em Lisboa, um novo tipo de bairro, Telheiras, valorizado pelos seus habitantes enquanto bairro. Trata-se de um grupo homogéneo, com predominância dos estratos sociais superior e médio alto, e de uma faixa etária entre os 25 e os 40 anos. Mas também surgiu a valorização do conceito da heterogeneidade interna dos bairros, misturando os grupos sociais, o que dá

mais ou menos a ideia de que ascensão social é uma coisa que se pega. Normalmente, os grupos sociais tendem a embirrar uns com os outros.

Habitúamo-nos a protestar dizendo que nunca existiu uma política de habitação.

14

A sondagem

A opinião pública (novo conceito) passou a ser regularmente «sondada» para dar a sua opinião, sobre iogurtes ou sobre políticos. As sondagens servem fundamentalmente para ficarmos com ideia de que há uma opinião independente e que ela se exprime assim, quando é sondada, por oposição ao autoritarismo (uma elite a exprimir-se como se fosse «todos»; a maioria a ser a totalidade). As sondagens também servem para contra-argumentar com os intelectuais, com os políticos, etc. Eventualmente, com os sindicatos.

15

O segundo sexo

Embora não se possa dizer que seja muito agora, o protagonismo das mulheres ainda era menos. Já se fez um estudo sobre «mulheres empresárias» e a participação das mulheres na vida económica, ou sobre «as mulheres e o poder» (sempre temos, por exemplo, quatro mulheres que são presidentes de câmara). Mais mulheres passaram a ser autónomas, as actividades diversificaram-se, é um dado. Em 1990, 17 por cento das mulheres maiores de 15 anos eram analfabetas. Mas são uma maioria em algumas áreas do ensino superior. Das reivindicações que fizeram ninguém se lembra (a única coisa de que as pessoas se lembram é de que «elas queimaram soutiens»). Apareceu, como novo conceito, «o assédio sexual» (quer dizer que começou a ser timidamente posto em causa o «natural» comportamento dos homens). Uma questão que atinge essencialmente as mulheres, a interrupção voluntária da gravidez, continua por ter legislação adequada.

16

A droga

Nos anos 60, o uso de drogas era circunscrito em Portugal. Aumentou em finais dos anos 70, depois dos célebre cartazes «Droga-Loucura-Morte», e diversificou-se. É costume dizer que foi por influência dos «retornados», mas aumentou em Portugal como em todos os países. Com a explosão do consumo de «heroína (sniffar cocaína e tomar «ecstasy» são práticas de grupos restritos, essencialmente urbanos) surgiram as considerações sobre delinquência, «problemas» sócio-sanitários, economia, instituições. O mercado da droga criou bairros específicos, profissões específicas, terapias específicas, modos de vida específicos. Já este ano, surgiu em Portugal a Liga Anti-Proibicionista.

17

A religião

Fundamentalmente por causa do sentido da transcendência, sempre houve

seitas (uma seita: um grupo contratual de indivíduos que partilham a mesma crença) em todas as culturas, mas em Portugal multiplicaram-se nos últimos anos. Conhecíamos as Testemunhas de Jeová e os Mórmones; passámos a conviver também com as Igrejas Maná e Universal do Reino de Deus, com a Nova Acrópole, com os Moonies, com os Meninos de Deus (actual Família do Amor), entre outros. Dantes falavam mais no caos e no fim do mundo, agora as questões dominantes parecem ser (é um sinal dos tempos, as pessoas já não estão para se ralar com grandes temas) a saúde, o bem-estar, o êxito. O secretariado do Vaticano preconizou a informação para todos os fiéis.

18

A comunicação

Se falarmos em «media», em 20 anos mudou tudo: televisão, jornais; rádio. Passou a haver parabólicas generalizadas. Permitem escolher qualquer outra coisa, fazendo antes um «zapping» rápido para nos sentirmos contentes por

não termos de grammar nem o concurso, nem a telenovela, nem o «talk-show» nos quatro canais nacionais. Se falarmos em estradas, passámos a ter a auto-estrada Lisboa-Porto. Se falarmos em serviços, temos as linhas telefónicas para vítimas, crianças, grávidas, solitários, etc. Se falarmos em equipamentos em sentido amplo, os gravadores de chamadas, os telemóveis e a informatização ligaram os indivíduos ao mundo (e ao mesmo tempo fazem um discreto trabalho de sapa da vida privada).

19

A educação

Acabou o modelo diferenciado liceu (socialmente prestigiado)/escola comercial (não prestigiado), e por isso começámos a ouvir falar em «massificação». A escolaridade obrigatória aumentou. O acesso ao ensino superior e o ensino superior são discutidos. Como nunca conseguimos o apuro do modelo alemão, que liga o ensino e a vida activa, com períodos de formação nas empresas, por exemplo, passámos a ter o grupo social dos «jovens à procura do primeiro emprego».

20

A normalidade

Doenças mentais há em todas as sociedades, e os relatórios da Organização Mundial de Saúde já mostraram que as sociedades ditas primitivas nem por isso são poupadas. Também podemos mencionar, para os casos das sociedades ditas desenvolvidas, a «falta de inserção» social e familiar, porque é hábito. Como quer que seja, «estar deprimido», «perturbado», «descompensado», popularizou-se. A psicoterapia, a psiquiatria, a psicanálise também. O uso de ansiolíticos, os euforizantes e os antidepressivos está a «normalizar-se». Dantes, pensávamos em doenças mentais, agora é em pessoas «com problemas».

Tereza Coelho, «Dossier 20 anos/25 de Abril», *Público*, 8 de Abril de 1994.

Dados extraídos das actas do colóquio «Viver (n)a Cidade» LNEC-ISCTE, 1990; da revista «Povos e Culturas», da Universidade Católica Portuguesa; Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres; jornais e revistas.

Frases e murais de Abril apagaram a opressão

Palcos da acção clandestina dos protagonistas da luta pela liberdade, as paredes e os muros foram utilizados, durante anos, pela calada da noite, para transmitirem as palavras de ordem, críticas e os ataques ao regime fascista. Frases depressa apagadas pelas pinceladas da censura e da opressão.

Com o 25 de Abril de 1974, as inscrições murais multiplicaram-se e diversificaram-se, passando a constituir o reflexo vivo e colorido de uma nova consciência política, do inconformismo e ânsia de quebrar tantos anos de silêncio e de obscurantismo.

O que até então era secreto e proibido passou a fazer-se à luz do dia de forma mais ou menos criativa e por todo o país as páginas de uma nova História abriram-se de par em par. As inscrições e palavras de ordem que mais marcaram o período pós-revolucionário, quer sejam meros reflexos partidários, quer contem histórias individuais, constituíram um dos mais belos monumentos do país, reflectindo uma pluralidade de pensamento só exprimível abertamente em democracia.

O cinzento de um país que tanto calou a criatividade e imaginação deu lugar à cor e ao movimento de uma nova ordem de coisas, às palavras gritadas e cantadas em liberdade. No fundo, a uma sociedade sem medo.

25 de Abril sempre, fascismo nunca mais – Uma das frases mais gritadas pelos militantes e simpatizantes das forças políticas de esquerda, assim como pela população em geral, no período pós-revolucionário. Marca o ritmo das manifestações comemorativas dos aniversários da Revolução dos Cravos.

Os mortos fora do cemitério, a terra é para quem a trabalha – Durante muito tempo esta mensagem irónica e satírica dos anarcas permaneceu bem visível no muro que circunda o Cemitério do Alto do S. João. Escrita durante a afirmação da reforma agrária, principalmente no Alentejo e Ribatejo, esta frase provocou alguma indignação por «profanar», na opinião de alguns, aquele local de culto.

Os anarquistas seriam, aliás, pródigos em grandes mensagens, como esta outra: **Tudo tem um fim, só a salsicha tem dois.**

Os ricos que paguem a crise – Criada quando do decreto que legislou o aumento do custo dos transportes públicos.

Nem fascismo, nem social-fascismo. Governo popular – O MRPP, movimento político que deixou a sua imagem de marca em muitas paredes das cidades, escolheu como alvo preferencial dos seus ataques o PCP, para «esmagar a contra-corrente reaccionária».

O povo unido jamais será vencido – Com os dois dedos levantados em sinal de vitória ou punho erguido, esta frase foi «transportada» por multidões nos grandes eventos revolucionários. Foi importada da América do Sul, nomeadamente, do Chile.

Revolução popular, o povo armado jamais será esmagado – Da autoria do PCP-ML, partido político que além desta frase tinha outras como «Operários e camponeses unidos vencerão» e «Armas para o Povo».

Abaixo a exploração capitalista – Em murais e cartazes a Liga Comunista Internacionalista (LCI) defendia ainda o «salário mínimo de 6000 escudos» e o «poder aos operários».

Abaixo a especulação de terrenos, socialização imediata do solo urbano – Em alguns dos tapumes que envolviam zonas onde recentemente tinham sido demolidos edifícios, os militantes e apoiantes do Partido Popular Monárquico (PPM) denunciavam a «especulação dos terrenos urbanos», exigiam «uma casa para cada família» e «o fim da demolição de Lisboa».

Viva a revolução nacional popular – Na defesa do nacionalismo revolucionário, as Brigadas Nacional-Revolucionárias (BNR) deixaram patente nas inscrições urbanas as suas posições contra o imperialismo, capitalismo, comunismo e burguesia. «Por Portugal unido e livre e pela justiça social» o movimento exigia uma revolução nacional.

Nem mais um só soldado para as colónias – A Guerra Colonial, um dos aspectos mais negros da ditadura fascista foi tema patente nos murais subscritos pelo Partido Comunista Português durante bastante tempo. Outros partidos como o PCP-ML e a LCI defenderam a mesma máxima.

Avante pela Reforma Agrária – Com a ocupação e expropriação de 1 140 000 hectares de terra na posse dos agrários e a constituição de mais de 500 unidades colectivas de produção e cooperativas, a luta pela concretização da Reforma Agrária ganhava terreno no Ribatejo e Alentejo e reflectia-se nas paredes das cidades, vilas e aldeias, nas palavras do PCP.

Sindicalismo em unidade sim, mas só de base – Partindo do comício que decorreu no pavilhão dos Desportos, no dia 15 de Janeiro de 1975, o Partido Socialista passou a afirmar a sua posição contra a unicidade sindical, isto é, contra a hegemonia da central sindical (CGTP-IN) ligada ao PCP.

Ana Fonseca, *Jornal de Notícias*, 10 de Abril de 1999.
<http://www.jnoticias.pt/seccoes/mensagem.asp?644>

A revolução também se fez à mesa

A revolução (e a contra-revolução) também se fez à mesa do café, entre duas garfadas de uma refeição ou cavaqueando à volta de uma rodada de copos.

Após 48 anos de censura e de aperto intelectual, as livrarias, os cinemas, os teatros e as salas de espectáculo foram espaços de liberdade que todos frequentaram à descoberta de tudo o que lhes fora negado.

Escaparates onde se podiam ver, à luz do dia, livros que até então só clandestinamente passavam a fronteira; opiniões políticas que eram gritadas à mesa do café; canções que deixaram de se cantar em surdina; copos que se podiam beber bem regados com alegria; peças de teatro levadas à cena num barracão; filmes que nunca a censura deixaria que se vissem na íntegra. De tudo isto se fez também o 25 de Abril.

Coliseu dos Recreios – Por esta velha sala lisboeta passou quase tudo o que se podia entender por música e política. Foi aqui que um coro de músicos, muitos deles exilados até ao 25 de Abril, cantou as cantigas até então proibidas, no primeiro «canto livre». Nunca mais se cantaria tanto a uma só voz. Vieram a seguir catalães, bascos, galegos, franceses, brasileiros e muitos outros cantores de diversas nacionalidades, dispostos a aproveitar a «Maré alta», que Sérgio Godinho anunciara em 1971 no seu primeiro disco «Sobreviventes». A Liberdade estava a passar por ali. E entre dois espectáculos, havia um comício, um congresso ou uma festa. A política estava na moda.

Rua Aníbal Cunha (Porto) – Nesta rua, a primeira sede do PCP depois do 25 de Abril viria a ocupar as antigas instalações da Mocidade Portuguesa Feminina. Durante os primeiros anos da revolução, aquele local seria um espaço onde a discussão política não se limitava às paredes da casa nem aos militantes do partido, ainda mal adaptado ao fim da clandestinidade.

Rua 31 de Janeiro (Porto) – Cal Brandão, Carlos Laje e José Luís Nunes eram algumas das figuras que nessa altura deram alma à primeira sede do PS no Porto. Nessa época as sedes partidárias eram locais abertos à discussão e à participação política. Uma novidade que a liberdade trouxera e que toda a gente queria celebrar.

Botequim (Lisboa) – A escritora, Natália Correia era a anfitriã do famoso bar da Graça, onde se reunia, há alguns anos, muita da intelectualidade lisboeta. Artistas, escritores, políticos, ou apenas boémios passavam ali grande parte das horas dos seus dias, ou melhor, das suas noites. A política fundia-se com a poesia e nada parecia ficar imune à força da palavra. Melo Antunes e alguns amigos do que viria a ser o «grupo dos nove» eram alguns dos frequentadores habituais dos serões do Botequim.

Hotel Flórida (Lisboa) – Era no «snack-bar» deste hotel do Marquês de Pombal que diariamente um grupo de amigos almoçava. Antes do 25 de Abril, ficou conhecido por «grupo do Flórida» e, com a revolução, e a chegada de mais amigos, viria a dar origem ao MES (Movimento da Esquerda Socialista). Jorge Sampaio, César Oliveira, Joaquim Mestre, José Manuel Galvão Teles, João Benard da Costa e Victor Wengorowius são alguns dos nomes desses amigos.

A Brasileira (Lisboa) – Sempre disposto a albergar os menos conformistas, este café do Chiado não passou ao lado da febre revolucionária. Até porque o eixo Chiado – Bairro Alto,

onde as livrarias, Sá da Costa e Bertrand eram de passagem obrigatória, era vital nesses dias longos e apressados.

Cervejaria Trindade – Numa cidade onde era escasso o número de restaurantes abertos até de madrugada, a Trindade era um dos poucos oásis. Muito do pulsar da vida intelectual lisboeta estava no Bairro Alto, onde ainda se situavam quase todas as redacções de jornais, e, por isso, as mesas da tradicional cervejaria estavam sempre cheias e serviam de apoio para discussões animadas.

Ana Paula Correia , *Jornal de Notícias*, 9 de Abril de 1999.
<http://www.jnoticias.pt/seccoes/mensagem.asp?643>

Palavras no muro

[...]

O defeito será certamente meu, mas a verdade é que, já o terão percebido, não consigo deixar de sentir um vago incómodo perante os debates, tão frequentes nos últimos tempos, sobre a «descolonização». Ou, para ser franca, vários incómodos e muitas dúvidas, nem sempre muito vagas.

A primeira dúvida, metódica, é esta: de que falamos quando falamos de descolonizar? Melhor: pode-se vir falar de «descolonização», vinte anos depois do 25 de Abril, quando nesses 20 anos sempre se evitou, cuidadosamente, falar do que foi a «colonização»? Poder-se-á falar de descolonização sem lembrar que, em plenos anos 60, se procedia ainda, com carácter de urgência, à instalação de colonatos, na Ceta ou no Limpopo? Poder-se-á deixar passar as vozes que falam do Portugal do Minho a Timor, deixando esquecido o Estatuto do Indígenato, que vigorou até ao início da década de 60? Ou sem lembrar que a principal forma de integração dos «indígenas» das várias colónias consistia em fazê-los pagar o «imposto de palhota», presume-se que para acostumá-los ao ordenamento administrativo da potência colonizadora? Ou sem estranhar que, sendo Portugal uno aquém e além-mar, as crianças que acediam à escolaridade, em Angola ou em Moçambique, fossem forçadas a decorar as estrelas e constelações visíveis no hemisfério norte, enquanto em Portugal os seus pequenos colegas podiam desconhecer as do hemisfério sul – que se viam, mas também não se estudavam, naquelas colónias? Ou que crianças e adultos angolanos fossem ensinados a cantar canções tradicionais portuguesas, mas ninguém branco e nascido em Portugal fosse ensinado a apreciar um solo de kissange? Ou, se quisermos ir mais longe, já que a época é de celebração dos descobrimentos, devemos também esquecer a escravatura e os trabalhos forçados?

Teremos de confiar apenas na memória do dr. Almeida Santos para nos contar de que forma «espontânea» aquele criado negro fora preso para garantir a sua participação numa manifestação de apoio a um qualquer dirigente português?

A segunda dúvida decorre imediatamente da primeira: se nada se explica dos tempos anteriores ao 25 de Abril, será possível àqueles que nasceram depois dele – ou cuja idade, nessa época, não lhes permite grandes memórias – entender algo do que de facto se passou nas colónias, ouvindo os debates televisivos? Ouvindo as memórias dos que choram a perda das colónias, e que as apresentam como terras onde corria azeite e mel (sem especificar para quem) e conhecendo, de todos os dias, as imagens das crianças subnutridas de Angola e Moçambique, ou dos conflitos posteriores às independências, não tenderão a ser iludidos sobre a imprescindibilidade dessas independências?

A terceira dúvida, talvez demasiado malévola, liga-se intimamente à anterior: não tenderá este tipo de raciocínio – «ah, como eram felizes enquanto escravos, olhai como lhes fez mal a liberdade!» – à rejeição de 1640, face ao maior rendimento «per capita» dos nossos vizinhos espanhóis? Ou a levar alguns (mais mal formados!) a fazerem-se a mesma pergunta em relação à Bósnia, em riscos de recusarem participar nas forças militares a enviar para a região?

E chego aqui à quarta dúvida: estarei eu a perceber mal ou, afinal, tudo o que se passou a seguir ao 25 de Abril, no que à descolonização respeita, foi obra de um movimento normal-

mente esquecido na historiografia oficial e normalmente não chamado a estes debates? É que, de debate para debate, de canal para canal, a queixa permanece: «Tivemos de descolonizar à pressa, porque os soldados queriam a paz, recusavam continuar a guerra, estava tudo minado por aquela palavra de ordem de ‘nem mais um só soldado para as colónias’»... Será má vontade minha, ou tal queixa não permite perceber o que é que queriam os que a fazem: dar a independência às colónias, como sempre referem constar dos seus programas, ou prolongar a guerra, já que, naturalmente, os movimentos de libertação não iriam desistir da sua luta? Nem, também, como é que um movimento que sempre se deprecia e diminui conseguiu ser o único responsável pela forma como decorreu a descolonização... Mas, aparentemente, é de mau tom fazer notar as contradições deste tipo de discurso, tal como a espécie de suspiro de alívio (uff!) com que se cita a revelação – um excelente trabalho do jornalista José Pedro Castanheira, no «Expresso» – de que mesmo Marcelo Caetano estava disposto a negociar a independência da Guiné. (Já declarada, e reconhecida por alguns países, à data desses factos.) Como se a atitude de Marcelo fosse a prova última da razão dos descolonizadores...

A quinta dúvida tem ainda a ver com protagonismos: será também confusão minha, ou havia gente do PSD e do CDS nos governos e nos demais órgãos de soberania da época da descolonização? E se havia (havia!), porque é que não a vemos nestes debates? Porque é que se apresenta a descolonização como uma coisa (desastrosa) levada a cabo apenas pelo PS e o PCP (obrigados, claro está! pela terrível palavra de ordem do MRPP)? Será que, uma vez que se diz que é desastrosa – sem reforçar suficientemente que o principal desastre foi não ter sido feita em tempo, logo que reclamada, antes do início da luta armada –, se pretende preservar a sua imagem? E, já agora, porque é que não se relembra também o que eles (todos eles) diziam e faziam nessa altura? Porque é que se não usam os jornais da época, os panfletos, os comunicados, os cartazes, as gravações de rádio, as imagens e as palavras que a televisão deles mostrava? Não será de menos, de vinte anos de história, dar apenas algumas versões, cosmética e devidamente actualizadas? [...]

Diana Andringa, *Público*, 21 de Abril de 1994.

Trinta anos depois

Quando se olha para o mapa de Portugal, nos tempos áureos do Império, sabendo nós o que sabemos hoje do país que somos, fica-se perplexo e incrédulo. Como podia uma nação, de poucos milhões de camponeses iletrados, aspirar a colonizar uma vasta parte da África, metade da América do Sul e dominar todo o comércio do Índico, de Ormuz a Malaca? Que sonho alucinado, que loucura colectiva, que arrogância movia os portugueses de então?

O drama dos Impérios é que eles pressupõem uma aura de grandeza que a evolução do mundo não consente nem compreende. Quando Salazar exigia que Vassalo e Silva se portasse em Goa como o Afonso de Albuquerque do século XX, já a Índia estava a caminho de possuir a bomba atómica. Quando a UPA se revoltou no Norte de Angola, em 1961, ainda Salazar julgava que a África portuguesa era governável com o «Estatuto do Indígena», o «imposto de cubata» e algumas ociosas Companhias de Caçadores encarregadas de mostrar a bandeira aos régulos locais. Os «ventos de mudança» de que falava McMillan eram qualquer coisa de incompreensível para o homem cujo mundo se reduzia à distância entre Santa Comba Dão e Lisboa. Salazar nunca pôs o pé em qualquer parcela do vasto Império que lhe competia administrar. A versão de Portugal que o Estado Novo impôs aos portugueses era ditada por um absoluto desconhecimento físico das realidades. O resultado desta política fechada e sem alternativas, o resultado desta navegação contra a História, foi duplamente pernicioso: para o regime e para a oposição. Quando se deu o 25 de Abril, a oposição estava tão mal preparada para enfrentar o problema das colónias quanto o Estado Novo. Na pressa de resolver o que se arrastava há décadas, resumiu-se o desfecho colonial a uma simples e irresponsável orientação: «Nem mais um soldado para as colónias!»

O resultado é que se meteu tudo no mesmo saco: movimentos de libertação reais, dirigidos por gente de valor, como o PAIGC de Amílcar Cabral, com outros que não passavam de grupúsculos inventados à pressa, como o MLSTP ou a Fretilin; independências que correspondiam a aspirações dos povos locais com outras que mais se assemelharam a um descarte sumário de responsabilidades. No extremo limite da inconsciência, fomentámos a insustentável independência de Timor que degenerou, como era de prever, na tragédia que se conhece.

Hoje, percorremos as antigas colónias portuguesas e ficamos abalados. O resultado de dezoito anos de independência é devastador. À excepção de Cabo Verde, todas as ex-colónias estão arruinadas pelos ódios intestinos, pelo dogmatismo político, pela corrupção e pela incompetência. E, do que não foi descolonizado, Timor é um campo de concentração sob a bota dos javaneses e Macau não passa de um centro comercial de bordéis e casinos, geridos pelas seitas secretas chinesas sob o manto diáfano e hipócrita da bandeira portuguesa. A muitos esta constatação dos factos antecede a tentação de concluir que, afinal, o Estado Novo é que tinha razão. É uma tentação sem sentido: não só porque não é possível teimar contra a História, mas também porque não existe apenas ou o colonialismo ou as independências falhadas. O colonialismo português era basicamente iníquo e moral e politicamente insustentável. Mas, porque não há verdades absolutas, a condenação liminar de toda a obra dos portugueses nas ex-colónias – como agora se tornou moda para alguns – não passa de uma manifestação de má fé e, sobretudo, de ignorância.

Esta reflexão está presente e impôs-se-nos ao elaborarmos as três histórias desta edição com as quais assinalamos a passagem de trinta anos sobre três acontecimentos que abalaram o regime e soaram como o dobre a finados do Império: a anexação de Goa pela União Indiana, o começo da guerra de África e a batalha travada por Portugal na ONU para defender as suas colónias. Ao remexer nas memórias que são de nós todos, procurámos fazê-lo com a prudência de quem aprendeu que a verdade nunca é simples nem imutável.

Miguel Sousa Tavares, «Editorial», *Grande Reportagem*, Março de 1992.

Liberta a Arte

Pinturas murais colectivas, iniciativas para «ocultar» a estatuária fascista, happenings artísticos, slogans e contra-slogans que encheram os muros das cidades a adesão popular ao 25 de Abril levou a arte para as ruas de todo o país.

Estas são algumas lembranças daqueles dias e dos que, antes de 74, nos salões da Sociedade Nacional de Belas Artes, já prenunciavam o que estava por vir.

Um certo clima pré-revolucionário sentia-se, antes da Sociedade Nacional de Belas-Artes.

Em Dezembro de 1973, a «Exposição 73» reuniu 150 trabalhos de 72 artistas. Estes números eram surpreendentes, pois as pessoas lembravam-se de que, alguns anos antes, desistira-se de realizar exposições colectivas na Sociedade Nacional de Belas-Artes, devido à falta de concorrentes. Esta falta era então explicada pelo aparecimento de galerias comerciais.

Na «Exposição 73», o pintor Fernando de Azevedo foi especialmente convidado pela direcção da SNBA para fazer a montagem. Colocou, perto da entrada do salão, um grande quadro de Rui Filipe mostrando uma multidão em tons castanhos e cinzentos. Junto, uma escultura hiper-realista de Clara Meneres, representando um soldado degolado.

O presidente Américo Tomás, entrando casualmente no salão, ficou indignado; e Marcelo Caetano, nas suas semi-improvisadas *Conversas em Família*, na televisão, referiu-se à SNBA como local subversivo. Esta referência foi certamente improvisada, pois o texto da «conversa», publicado no dia seguinte nos jornais, não a continha.

O trabalho de Clara Meneres adquiriu um significado polémico, tanto no contexto estético internacional, ao utilizar o hiper-realismo para mostrar o que os noticiários não mostravam: o soldado esfaqueado. Sob o título arrancado a uns versos célebres de Fernando Pessoa, «jaz morto e arrefece», ganhava uma aura amplificante do seu sentido, no espaço e no tempo.

Neste caso, a importância do hiper-realismo foi dupla. Por um lado, a escolha do tema, completamente diferente dos temas fúteis do hiper-realismo americano. Por outro lado, a consciência crítica da escultora perante o facto de a imagem «fotográfica» estar a constituir um meio que procurava substituir-se ao contacto directo com a realidade, prestando-se, por isso, a escamoteá-la.

Mas se o número de obras e de artistas era surpreendente em Dezembro de 1973, no Salão de Março de 1974 aumentou ainda: 211 obras de 73 artistas. Este Salão mereceu do crítico Ernesto de Sousa alguns comentários entusiásticos na revista *Colóquio* (Abril, 1974): «O Salão de Março da SNBA é uma iniciativa de pés bem assentes na terra, aqui e agora. Com efeito, este salão veio confirmar (ao contrário das previsões pessimistas) que uma «sociedade de artistas» pode constituir-se como resposta adequada a certas características do consumo de obras de arte, tal como ele se vai cristalizando na nossa sociedade (...). Este salão demonstra (...) que os produtores de obras de arte podem tomar consciência de que eles também têm de lutar contra a alienação argentária, que é um primeiro passo para a total alienação da sua actividade criadora; e uma mais imediata, indiscutível *morte da arte...*»

Esta parte do texto de Março de 1974 fazia eco ao 3º congresso da Oposição Democrática (Aveiro, 1973), que reivindicava nas *Conclusões* «a instauração de condições de realização de

artes plásticas para o povo, com o conseqüente repúdio do pseudomecenato e da especulação actualmente existente». (...)

«Revolução aberta, arte liberal»
(Vespeira)

A SNBA, centro cultural antifascista e maior associação de artistas plásticos do País, imediatamente enviou no 25 de Abril um telegrama de apoio ao programa do MFA, sublinhando a importância dos pontos em que se decidia a abolição da censura, se proclamava a liberdade de expressão e a liberdade de associação, valores pelos quais – lembrava-se nesse telegrama – a SNBA sempre se batera.

A adesão popular veio ultrapassar as expectativas do MFA, criando uma dinâmica que teve a sua expressão também nas artes plásticas. A revolução era afectivamente desejada.

A SNBA, compreendendo a correlação do acto dos capitães e da guerra colonial, logo realizou (Maio de 1974) uma grande exposição de gravuras denunciando os horrores das guerras e repetindo, com grandes letras ao longo do salão, a frase de Ronsard: «Príncipe, basta de tanto guerrear.»

Um certo receio parecia, porém, existir ainda nalguns meios políticos e administrativos. Certos símbolos do regime salazarista permaneciam nos espaços públicos. Então, um significativo grupo de artistas tomou uma atitude: no dia 28 de Maio, invadiu o pátio do Palácio Foz e ocultou com panos pretos a estátua de Salazar. Ocultou o símbolo; não destruiu a obra escultórica de Francisco Franco, que deveria ser recolhida num armazém.

No *happening* que assim eclodiu (ultrapassando) a iniciativa dos novos governantes, (daqueles mesmos que ao Palácio Foz iam diariamente) proclamou-se que «a arte fascista faz mal à vista», frase construída por Vespeira. Participou no acto cerca de uma centena de artistas.

Entretanto, por toda a parte, o povo manifestava-se nas ruas. E a pintora Vieira da Silva, por sugestão da poetisa Sofia de Mello Breyner, veio a conceber dois *posters* que proclamavam: «A poesia está na rua.»

Os muros foram imediatamente apropriados por uma intensa actividade propagandística. *Slogans* e *contra-slogans* aí se registaram, em colagens e descolagens, em siglas e contra-siglas. As iniciais dos partidos políticos foram transformadas ironicamente: PCP passava a POP, o CDS passava a CDS, e UEC passava a CUECA, etc. Muitos cartazes eram agressivos e de pouca qualidade estética, mas alguns surpreendiam pela técnica, pelo processo expedito de os realizar, pelo humor e pela ingenuidade.

Pode falar-se numa nova maneira de utilizar o espaço urbano, em função não apenas de valores político-partidários, mas, também, de valores lúdicos.

O painel do 10 de Junho

Depois de «ocultar» a estátua de Salazar, o Movimento Democrático de Artistas Plásticos reuniu no dia 10 de Junho, na Galeria de Arte Moderna de Belém, os seus primeiros 48 ade-

rentes (número alusivo ao 48 anos de ditadura). Teresa Dias Coelho, Sá Nogueira, João Abel, Júlio Pereira, Henrique Manuel, Palolo, Artur Rosa, Ângelo, Nuno San-Payo, Lima Carvalho, Teresa Magalhães, Guilherme Parente, Fátima Vaz, Manuel Pires, René Bértholo, João Vieira, Jorge Martins, Querubim Lapa, Manuel Baptista, Ana Vieira, Charrua, Helena Almeida, Costa Pinheiro, Jorge Pinheiro, Júlio Pomar, David Evans, Alice Jorge, Emília Nadal, Fernando de Azevedo, Vespeira, Rogério Ribeiro, Escada, Vítor Palla, Tomás Mateus, António Domingues, Menez, António Sena, Justino Alves, Eurico, Sérgio Pombo, Moniz Pereira, Skapinakis, Vítor Fortes, Jorge Vieira, Nery, Maria Velez, António Mendes e Carlos Calvet. Estes foram os artistas que realizaram um enorme painel (4,5m x 24m), durante uma festa popular extraordinariamente concorrida, em que actuavam também grupos musicais e teatrais. O poder contagiante da criatividade levou as crianças presentes a construir com tijolos uma torre, que logo pintaram com cores vivas. Os adultos seguiram o exemplo das crianças e encheram uma parede com numerosas inscrições.

Distribuídos por três andares, os pintores do MDAP trabalhavam sem espaço de recuo, principalmente os de baixo, comprimidos pelo público. Não podiam recuar para integrar o sector de cada um deles numa visão de conjunto. Por isso, o painel ficou muito sectorizado. Mas, nele era verificável a força das opções técnicas da arte moderna, construindo uma linguagem que o abstraccionismo e o neofigurativismo sistematizaram: o primado do plano do suporte, o cromatismo tímbrico e a figura-signo. Por isso, o grande painel era perfeitamente entendível, na sua globalidade, como um grande lugar de inscrições. O painel foi oferecido ao MFA.

Não era pior do que um outro realizado alguns anos antes em Cuba e que foi divulgado internacionalmente. Os críticos de arte apreciaram-no variadamente, com maior ou menor entusiasmo, mas todos o consideravam significativo de um momento irrepetível. Por isso, a Bienal de Veneza, que desde 1960 não tinha amostragens portuguesas, quis retomar com esse painel a comparticipação de Portugal, reservando-lhe um lugar no pavilhão principal. Aguardou até ao último momento. Mas o painel não foi enviado para lá, nem, depois, para o *Salon de la Jeune Peinture*, salão artístico-político de Paris.

Estava o painel condenado, desde o início? No dia em que foi pintado, recebeu no seu final a inscrição indignada de Júlio Pomar, denunciando o que parecia ter acabado inteiramente em 25 de Abril: «a censura existe». Realmente, a grande festa de 10 de Junho de 1974 teve, já quase no final, a sua transmissão televisiva cortada pelo governo, quando o actor João Mota, com o grupo de teatro da Comuna, começou a caricaturar o cardeal Cerejeira.

O painel viria a desaparecer no incêndio da Galeria de Belém, em 1981. (...)

Os murais e a festa

Na participação em campanhas de dinamização cultural, alguns artistas fizeram e cumpriram propostas tendentes a substituir a agressividade pela criatividade, realizando colectivamente trabalhos em público, com a participação popular. Um dos melhores exemplos foi a concentração em Viseu, lugar conflituoso, se não reactivo às propostas do 25 de Abril. Os artistas eram: Ângelo, José Rodrigues, Armando Alves, Jorge Pinheiro, Carlos Carreiro, Rodrigo

de Freitas, Vespeira, Eurico, José Augusto Pereira, Maria Gabriel, Silvia Chicó, Espiga Pinto, Dário Alves e outros. Inicialmente, houve hostilidade dos habitantes. Depois, à medida que o trabalho prosseguia, algumas crianças da cidade começaram a participar e, por fim, alguns adultos) acabando-se num clima de festa.

Esta experiência foi muito válida e como tal foi relatada num boletim do MFA. Todavia, o valor da experiência residia principalmente no convívio fomentado, pouco se devendo considerar a pintura realizada, como obra de arte válida por si mesma. Se não valesse essencialmente como memória de um momento de criatividade compartilhada, levantaria equívocos estéticos graves. Por isso, outra experiência feita em Évora, alguns meses depois, praticamente sem participação popular e com esquemas prévios, falhou no essencial. Pouco importa que, em si mesmo, o «mural» de Évora tivesse sido um pouco melhor do que o de Viseu. Ambos eram fracos e não deveriam ser analisados senão em função da festa que cada um deles constituiu para o povo local, compartilhando a sua feitura e transformando as próprias consciências. Portanto, foi melhor a festa de Viseu!

Estes «murais» em espaços públicos continuaram a ser realizados durante alguns meses, anonimamente ou sob a égide de um partido sem grande representatividade oficial, o MRPP. Apesar do anonimato, estes «murais», executados segundo planos prévios, obedeciam a técnicas orientadas por pintores profissionais. E foram os mais persistentes.

Rui Mário Gonçalves, *Vida Mundial*, Abril de 1999.

Cantores desarmados

Estavam onde era preciso, sempre que era preciso. Uma viola, um microfone e um estrado a fazer de palco era quanto bastava para que houvesse espectáculo. A poesia estava na rua e as vozes dos cantores davam-lhe forma de modo claro e preciso, que o tempo não era para meias-palavras. O panorama artístico que se viveu em Portugal nos anos que se seguiram ao 25 de Abril ficou indelevelmente marcado pelos chamados «cantores de intervenção», para quem a arte era, sobretudo, um veículo de divulgação dos ideais políticos mais marcantes da época.

José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, José Mário Branco e Luís Cília foram os pioneiros desse canto novo, ainda durante a década de 60. O movimento alargou-se, entretanto, ao ritmo da degradação do regime: Manuel Freire, António Vieira da Silva, Samuel, Duarte e Ciríaco, José Jorge Letria, José Barata Moura e vários outros dão corpo ao que ficaria conhecido como «o movimento dos baladeiros», que teve um veículo de divulgação privilegiado no programa «Zip Zip». E, quando se dá o 25 de Abril, este movimento espontâneo já abrangia uma apreciável quantidade de cantores, músicos, poetas e compositores empenhados em fazer da cantiga uma arma.

«A canção foi, nessa altura, um veículo de dinamização e mobilização das pessoas», recorda o ex-padre Francisco Fanhais, que a partir de 1969 se juntou aos que, em Portugal e no exílio, cantavam a necessidade de um país novo. «Nessa altura», mais importante eram mesmo as letras, através das quais pretendiam criar uma força colectiva que ajudasse as pessoas a tomarem consciência da situação que se vivia no país».

Todo esse grande movimento artístico de oposição ao fascismo adquire uma dimensão nova com o 25 de Abril. Os diferentes posicionamentos políticos dos vários protagonistas nas diversas áreas da esquerda acabam por gerar inevitáveis desentendimentos. Tal e qual como na restante sociedade civil.

O «Espírito do GAC»

Ao desembarcar em Lisboa, José Mário Branco respondia a uma pergunta do repórter da RTP António Santos afirmando não saber ainda o que iria fazer de seguida. «Vai ser preciso falar com os camaradas» dizia. Poucos dias depois, no Coliseu do Porto, o mesmo José Mário Branco lia o comunicado do «colectivo de acção cultural», onde ao longo de vários considerandos, os cantores definiam aquilo que propunham ser as linhas mestras da actividade daí em diante.

O «colectivo» dura apenas alguns dias: o CAC acaba por se desfazer em resultado das divergências ideológicas dos seus protagonistas e das suas cinzas nasce o GAC (Grupo de Acção Cultural), mas neste já não estão os cantores alinhados com o PCP (Adriano, Cília, Letria, entre outros), nem tão-pouco os independentes, como José Afonso, Sérgio Godinho ou Vitorino. Fausto ainda colabora com o grupo (nomeadamente compondo «O Poder às Classes Trabalhadoras», que na edição em disco se transforma em «O Poder aos Operários e Campo-

neses», para corrigir o «desvio trotskista»), mas por pouco tempo. Nada disto impede, porém, que o GAC venha a tornar-se um dos mais emblemáticos símbolos musicais do PREC.

José Mário Branco emerge como o líder natural do GAC, ao lado de Luís Pedro Faro, Fernando Laranjeira ou Afonso Dias – que em Dezembro de 1975 irá substituir o deputado da UDP Américo Duarte na Assembleia Constituinte. Ao núcleo inicial juntam-se, pouco tempo depois, vários elementos do coro da Juventude Musical Portuguesa e, em poucos meses, o GAC já era um dos casos mais sérios da música portuguesa de então.

Pelo GAC passaram nomes como Eduardo Paes Mamede, Carlos Guerreiro, Tomás João Lisboa ou Nuno Ribeiro da Silva. Finda a euforia revolucionária, cada um irá seguir o seu caminho: Paes Mamede dedica-se à composição e à produção discográfica (são dele os arranjos do emblemático *Por Este Rio Acima*, de Fausto); Carlos Guerreiro passa por diversos projectos musicais que irão culminar na constituição, há três anos, dos Gaiteiros de Lisboa; Tóinas experimenta a música medieval no grupo *La Batalla* e, depois de alguns anos em que viveu nos Estados Unidos, é actualmente professora de Português no ensino secundário; João Lisboa mantém-se ligado à música, mas agora como crítico e divulgador, no *EXPRESSO*; e Ribeiro da Silva tornou-se administrador de uma empresa de serviços, depois de durante alguns anos ter sido secretário de Estado do governo de Cavaco Silva.

Apesar dos diferentes caminhos seguidos por cada um, uma parte importante do «espírito do GAC» permanece viva para a maioria dos seus antigos membros, que continuam a encontrar-se com algumas regularidade, agora sobretudo para conviver e relembrar histórias antigas. No caso de Nuno Ribeiro da Silva, nem durante o tempo em que desempenhou funções no governo se afastou dos seus antigos companheiros. Pelo contrário, nessa altura fazia mesmo questão de garantir que a sua passagem pelo GAC lhe deu «uma perspectiva mais variada e rica do comportamento das pessoas». E numa entrevista a «O Jornal» em 1992, pouco tempo depois de assumir a Secretaria de Estado da Juventude, não se coibia de falar da actividade do GAC como «um trabalho notável».

Pôr tudo em causa

«Foi um tempo de grande generosidade e tudo aconteceu de acordo com esse empenhamento», explica Eduardo Paes Mamede. «Para mim, tal como para muitos dos meus colegas, o GAC aconteceu no seguimento da necessidade que havia de tornar o discurso musical mais participativo ao nível das pessoas.»

Paes Mamede, tal como Tomás Ribeiro da Silva ou Luís Pedro Faro, vinha do coro da Juventude Musical Portuguesa. Durante três anos participou na maioria das 900 «sessões» que o GAC realizou por todo o país.

«Isso deu-me uma grande experiência de palco e permitiu-me uma grande aprendizagem de produção discográfica, foi uma autêntica escola», acrescenta o músico, que presentemente reparte a maioria do seu tempo entre a composição de música para teatro e a produção de discos. Além disso, prepara a gravação de um conjunto de temas de David Mourão-Ferreira e que serão cantados por Carlos Mendes, bem como de um «Stabat Mater» para piano e coros, enquanto procura inventar tempo para terminar a escrita de *Finisterra*, a ópera que começou

a escrever há uma boa meia dúzia de anos: «É uma coisa que me está “atravessada”, porque ainda não consegui arranjar os seis meses de que preciso para me dedicar exclusivamente a ela», diz.

Na altura do 25 de Abril, Paes Mamede cumpria o serviço militar na Secretaria-Geral de Defesa Nacional, na Cova da Moura, onde tinha sido colocado em Março desse ano, depois de ter feito a instrução em Santarém, sob as ordens de Salgueiro Maia. No dia da revolução estava convocado para uma entrevista na sede da PIDE, destinada a avaliar a sua capacidade para lidar com informação ultra-secreta da NATO. «Como já tinha tido alguma actividade política enquanto estudante, estava com receio do que iria acontecer».

Sabe do golpe de estado pelo taxista que deveria levá-lo à Rua António Maria Cardoso e vai de imediato para a Cova da Moura, onde, por ironia do destino, irá passar os dias seguintes a prender supostos informadores da PIDE. Depois, já no GAC, participará, com os militares, em inúmeras acções integradas nas campanhas de alfabetização do MFA.

«Olhando para trás e fazendo um balanço, não tenho dúvidas de que o GAC só poderia existir naquela época», diz Paes Mamede. «Era um tempo de grande agitação social que reuniu energias dos mais diversos sítios, todas com um objectivo de solidariedade, expressas através de um conjunto de ideias em que todos acreditávamos».

Para muitos dos seus elementos, o GAC foi ainda uma escola de formação política e humana. «Eu estava com uma enorme crise de valores e aquilo apareceu como “a causa”, a razão da minha vida», lembra Maria Antónia Vasconcelos, a Tóinas, que em 1975 se tornou numa das mais carismáticas vozes femininas do período revolucionário e para quem José Mário Branco escreveu a «Cantiga Sem Maneiras».

Filha de um fundador do CDS, Tóinas viu-se envolvida numa «crise familiar profunda e dolorosa» quando decidiu juntar-se ao GAG. «Mas acreditei naquilo que estava a fazer e não houve dores que me impedissem», conta. «E além disso eu tinha uma grande paixão em cantar, era uma coisa que me dava uma felicidade muito grande».

Vinte anos depois do desmembramento do grupo, Tóinas garante que não está nada arrependida: «Tenho mesmo muito orgulho dessa época», diz. «É pena que a geração dos nossos filhos não tenha tido a possibilidade de viver um tempo assim. A gente pôs em causa tudo, literalmente tudo. E, em termos de pensamento, isso deu-nos depois uma capacidade de tolerância muito grande, justamente porque já pusemos tudo em causa.»

Nostalgia de valores

Poucas canções terão sido tão insistentemente cantadas, nas semanas que se seguiram ao 25 de Abril, como o tema de Ermelinda Duarte, «Somos Livres» («Uma gaivota voava, voava...»), que objectivamente se tornou no primeiro «hit» da revolução. Membro do teatro Ádoque, Ermelinda teve aí a sua primeira e única experiência discográfica. O teatro permaneceu como a sua opção essencial e, na realidade, a actriz nunca cedeu à tentação de se tornar cantora. Actualmente o seu trabalho principal consiste na dobragem de filmes de desenhos animados para crianças.

Entre os cantores «retirados» contam-se nomes como Alfredo Vieira da Sousa, hoje ban-

cário em Lisboa e que com Carlos Alberto Moniz, Maria do Amparo e Madalena Leal fez parte do Grupo Outubro, ou com Nuno Gomes dos Santos – ex-jornalista e actualmente um dos responsáveis pelos serviços Culturais da Câmara Municipal de Almada – integrou o Intróito. Nem por isso se afastou por completo da música, a que continua ligado sobretudo como autor de textos para diversos intérpretes e programas de televisão.

Dos mais activos participantes nas chamadas sessões de Canto Livre foi, no entanto, José Jorge Letria, ao tempo militante do PCP, que logo após o 25 de Abril se assume como um autêntico cantor de palavras de ordem, vertente claramente explicitada logo no primeiro disco que gravou em liberdade: um single com os temas «A Vitória é Difícil Mas é Nossa» e «Só de Punho Erguido a Canção Terá Sentido».

Chegou às cantigas quanto tinha 17 anos, e por ali se manteve até 1982, altura em que optou por dedicar-se à produção poética autónoma. Jornalista profissional, passou pelo «República» e o «O Diário», e mais recentemente foi editor do «Jornal de Letras».

Acabaria por se afastar do PCP na sequência da «perestroika» de Gorbatchov e é actualmente vereador eleito pelo Partido Socialista na Câmara da sua terra natal, Cascais. Aos 45 anos, Letria guarda dos seus tempos de cantor de intervenção a ideia da «grande generosidade de juventude, que nos fazia dar o melhor de nós mesmos» E acrescenta: «Antes do 25 de Abril eu não estava enquadrado partidariamente, e portanto estava bastante mais aberto, valorizando sobretudo a vertente rebelde, através do humor, a utilização dos tangos, tudo isso. Após a revolução, tudo passou a ser diferente, a minha intervenção tornou-se muito mais ideológica e panfletária.»

Dessa época, Letria recorda ainda «as actuações que se faziam, de qualquer maneira, frequentemente nas piores condições» de Norte a Sul do país: «Enrouquecemos, envelhecemos, cansámo-nos. Pessoalmente, arrisquei tudo: a liberdade, a saúde, o sonho. Mas, mesmo que não tenhamos ajudado a mudar nada, acho que valeu a pena. A avaliação política que hoje faço disso tudo é que, no estrito quadra político-partidário, teve eficácia como instrumento de agitação. Mas claro que a avaliação estética já não é tão positiva, ali o que contava era a mensagem política em nome da qual não nos importávamos de sacrificar os valores estéticos.»

A decisão de deixar de cantar tomou-a quando se deu conta de que «o cantor estava a matar o poeta». E assim, após a publicação de Fruta da Época o seu último disco, entende que «o que tinha para dizer já estava mais do que dito» e decide «calar o cantor para que o poeta emergisse».

É também por essa altura que publica O Desencantador de Serpentes, livro que, segundo o seus autor, «já reflectia algum desencanto relativamente à estrutura política a que pertencia». Não-de passar-se ainda mais de meia dúzia de anos antes que José Jorge Letria abandone o PCP, mas a sua intervenção já só muito esporadicamente voltou a passar pelas cantigas.

«Penso que fiquei a dever muito à música e à minha actividade de cantor, tanto na poesia como no jornalismo», afirma. «A nostalgia que me ficou foi, sobretudo, a nostalgia dos valores de um sentido de fraternidade e de camaradagem que eu experimentei com uma intensidade que nunca mais se repetiu nem repetirá. E, globalmente, não me arrependo de nada do que então fiz.»

Um país «poucochinho»

Afastado das cantigas mas não da música, está também Luís Cília, hoje com 54 anos, que em fins da década de 60 compôs o «Avante Camarada» para o PCP, a que pertenceu até princípios dos anos 80. Cília vivia em Paris e o hino, que veio a ser gravado em Moscovo por Luísa Basto, foi uma encomenda do seu controlador político de então, Carlos Antunes.

Luís Cília regressou a Portugal cinco dias depois da revolução. Juntamente com José Mário Branco e Álvaro Cunhal: «Quando cheguei fiquei surpreendido com o vermelhão total de que este país estava invadido», recorda. «E dois dias depois dei uma entrevista ao Mário Contumélias para a revista ‘Cinéfilo’ em que, para marcar uma posição bem nítida, disse que considerava o Alfredo Marceneiro um cantor revolucionário. Não foi uma coisa nada inocente, relativamente ao que se vivia na época e a uma certa intolerância a que eu não estava habituado».

Do seu passado de cantor, Luís Cília garante que já existe «uma grande distanciação»: «Não tenho mentalidade de antigo combatente». Actualmente dedica-se em exclusivo à composição, sobretudo para espectáculos de bailado e teatro, opção que tomou porque «em Portugal não há condições para quem, como eu, queria fazer pequenos recitais no maior número de cidades possível».

Entre os seus trabalhos mais recentes contam-se as músicas feitas para as peças As Presidentes, no Teatro Aberto, e O Bingo, de Edward Bond, no Teatro da Malaposta. Escreveu ainda as músicas para Conto de Natal, de Miguel Torga, realizado por Cecília Neto e transmitido pela RTP em Dezembro, e para Seven Changes, um filme mudo de Buster Keaton que brevemente deverá ser apresentado, como escolha de Júlio Pomar, no programa «O Filme da Minha Vida».

Do que fez nos últimos anos guarda com especial ternura a recordação dos primeiros concertos de Léo Ferré em Lisboa, de que foi um dos promotores: «O que mais gozo me deu foi o facto de termos proporcionado a Portugal a possibilidade de conhecer ao vivo uma pessoa com a dimensão artística e humana do Ferré», diz. «E não foi menor a alegria de ver que ele se apaixonou por este país.»

Músico de características assumidamente minoritárias («a minha ambição seria poder vender um milhão de discos e passar despercebido na rua», diz com ironia), Cília rejeita, no entanto, o discurso miserabilista: «Apesar de Portugal ser um país ‘poucochinho’, não me posso queixar muito», diz. «Gosto de trabalhar com pessoas que sei que gostam do meu trabalho, e como ainda não tive a ambição de comprar um Maseratti, posso considerar-me uma pessoa satisfeita.»

Viver na província

Diferentes opções foram as dos cantores que, como Manuel Freire, Vieira da Silva, Tino Flores ou Francisco Fanhais, optaram por viver fora dos grandes centros. Para nenhum deles a música constitui, actualmente, a opção essencial das suas vidas, ainda que, para todos eles, a canção continue a ser uma actividade importante e que continuam a praticar sempre que possível.

«Continuo, no fundo, a fazer exactamente as mesmas coisas e da mesma maneira que sempre fiz», explica Manuel Freire, presentemente a trabalhar na área comercial de uma fábrica de limas, em Vieira de Leiria. «Em termos musicais, nunca fui um gajo muito circunstancial, apesar de algumas coisas desse tipo que fiz em 1974 e 75. E como nunca me quis profissionalizar nas cantigas, sou talvez aquele cuja história se mantém mais igual ao que foi nessa época, ainda que naturalmente com menos comícios e mais sessões culturais». Destas, Freire gosta sobretudo de «ir às escolas, falar sobre os poetas» que ajudou a divulgar como poucos, em Portugal. «Ainda hoje, o que mais gosto de fazer é musicar poetas».

A escolha de poesia alheia foi também a opção artística de Francisco Fanhais, a quem se deve a divulgação de alguns belíssimos textos de Sebastião da Gama. António Aleixo, Sophia de Mello Breyner e vários outros. A viver no Alvito «por opção» desde 1984, manteve durante dois anos uma experiência agrícola com o antigo dirigente da LUAR Camilo Mortágua, após o que passou a dar aulas de Educação Musical em Beja. Agora frequenta um curso para professores de música que lhe permitirá profissionalizar-se.

Participa frequentemente em sessões de cantigas, que, no essencial, são muito semelhantes às que realizava nos tempos do PREC, ainda que já sem toda a carga de agitação política desse tempo.

«Acho que as pessoas têm vindo a perder a capacidade de indignação, o que é mau» diz Fanhais. «Gostava que o pessoal não se deixasse adormecer no rame-rame desta democracia formal onde ainda falta fazer tanta coisa. Pessoalmente, continuo disponível para o que for necessário, sempre que seja possível».

Posição semelhante tem Tino Flores, proprietário de uma quinta em Guimarães, e que divide o seu tempo presente entre o trabalho agrícola e as actividades culturais. Dono de um dos discursos mais radicais e mais directos do pós-25 de Abril (em 1974 gravou mesmo um disco intitulado *Isto Só Vai à Porrada*), garante que se limitou a fazer «o que tinha de ser feito», em função do tempo que se vivia: «É claro que a minha posição perante as coisas, hoje, não é exactamente a mesma dessa altura. Mas não estou nada arrependido daquilo que fiz. E se nessa altura as canções se pareciam com palavras de ordem, era porque as circunstâncias assim o exigiam.»

De resto, Tino Flores acredita que a história veio a dar razão àqueles que, como ele, então cantavam coisas como «Fogo», «Nem Mais Um Soldado Para as Colónias», ou «Deserção». Hoje continua a acreditar que «é preciso agitar a malta» e, sobretudo que é necessário «transmitir aos Jovens a memória de coisas importantes que se fizeram». Pelo seu lado, diz-se «totalmente disponível» para dar testemunho das suas experiências e acredita que valeu a pena: «Eu não sou dos que pensam que há uma geração rasca em Portugal».

Crónica de 24 de Abril

1. Sorte com o calendário: este ano cabe-me escrever a crónica no dia 24. Assim, escapo à polémica das comemorações: ritualizar ou não ritualizar, eis a questão. Em todo o caso, o justo receio de aborrecer o povo – ou seja, os leitores – com prosa densa e comemorativa leva-me a seguir o conselho do Presidente Soares: limito-me a curtas anotações acerca da actualidade política nacional. Isto porque, infelizmente, o Vicente Jorge Silva, sempre firme com os colonistas, indeferiu o meu pedido para, seguindo o exemplo superior, à medida dos meus recursos financeiros, substituir esta crónica por uma travessia do Tejo em «cacilheiro», ao som da «Grândola, vila morena».

2. os «media» transformam a política em «fait divers». Esta velha frase de Jacques Kayser teve a sua plena ilustração na descida, «post-mortem», do «capitão de Abril» Salgueiro Maia aos infernos do concurso Casa Cheia. Entusiasmado com a luta em torno de automóveis, electrodomésticos e congéneres, o público aplaudiu, assobiou, pateou. Enfim, divertiu-se...

3. O processo dos descendentes de Jorge Jardim contra o Estado merece lugar de honra na crónica de 24 de Abril. Dezoito anos depois, os tribunais declaram-se competentes para julgar a Junta de Salvação Nacional por um acto pós-revolucionário. Trata-se, obviamente, de uma homenagem simbólica ao salazarismo e à justiça salazarista ou ao que deles resta. Este julgamento absurdo deve ser incluído nas comemorações do 24 de Abril.

Veremos o que se segue. Serão Spínola e Costa Gomes «acareados» acerca da detenção de Marcelo Caetano? Talvez, nesse caso, os marechais dividissem irremediavelmente as responsabilidades...

4. Um aluno meu, hoje jornalista – Pedro Fradique Ribeiro, do «Semanário» – enviou-me, em tempos, um texto intitulado «O 25 de Abril (re)visitado por outra geração». O Pedro começava por explicar que não viveu o 25 de Abril de 1974: vistas bem as coisas, nem sequer “co-existiu” com a figura emblemática do regime deposto. Esperei que Salazar falecesse no dia 28 de Julho de 1970, para vir ao mundo exactamente no dia seguinte. Em 25 de Abril de 1974, eu tinha três anos e, sinceramente, nenhum facto anormal ficou registado na minha memória, nem do 25 de Abril nem do 11 de Março, do “Verão quente” ou do 25 de Novembro.»

«Como eu», prossegue o Pedro Fradique, «os jovens que nasceram depois de 1970 não viveram a Revolução dos Cravos, nem o Prec. Na melhor (pior!?) das hipóteses sobrou para nós uma ideologia mitigada, em segunda mão, transmitida pelos pais. Essa vivência “a posteriori” da revolução gerou, na maior parte desta geração, uma tendência que, “grosso modo”, se resumiria em duas posições.

«Por um lado, os “pró”, filhos de pais de esquerda, contestatários do Estado Novo e dos malefícios do salazarismo, entusiastas da revolução, símbolo da liberdade conquistada. Por outro lado, os “contra”, filhos de pais com propriedades ocupadas no Alentejo, ou regressados “à pressa” do ultramar, para quem o 25 de Abril é a “revolução dos comunas”, em que “demos África de mão beijada aos pretos” e se lançou o país na “desgraça económica».

«Em comum, as duas posições têm a lacuna da “aferição pela vivência”, logo, da facilitação pelo exagero.»

5. Lembrei-me do texto do Pedro Fradique ao ler um depoimento do Presidente Mário Soares acerca da «maioridade» do 25 de Abril: (...)

Uma parte representativa da população portuguesa, a sua parcela mais jovem, que, no entanto, já chegou à idade do voto, não viveu directamente o 25 de Abril e tem desse dia «inicial e puro», como lhe chamou Sophia de Mello Breyner, uma ideia necessariamente vaga, transmitida em segunda mão pelas recordações dos pais, dos familiares ou dos amigos» («DN», 22-4-92).

Mário Soares parte desta análise, aliás coincidente com a do jovem estudante universitário de Comunicação Social, para a verificação da insuficiência do actual «figurino das comemorações oficiais» do 25 de Abril. «A ritualização de uma data», sustenta o Presidente, «por mais extraordinária que tenha sido para os que a viveram, retira-lhe o vigor, esbate-lhe os contornos mais vincados, banaliza-a, transformando-a numa imagem perfeitamente convencional...»

6. Os ritos políticos ou religiosos são, por definição, actos simbólicos e repetitivos. A «secularização» do poder, após a Revolução Francesa ou a Revolução Russa, não dispensou o recurso aos rituais que representam, na perspectiva de certos autores, o «reinvestimento na área política de atitudes de religiosidade fortemente enraizadas» (Claude Rivière).

A fragilidade dos ritos democráticos significa, paradoxalmente, a força da democracia política. Situando-se longe do potencial mobilizador das liturgias promovidas no quadro dos regimes totalitários, onde não é possível distinguir as «adesões espontâneas» das presenças forçadas, as cerimónias públicas, nas democracias políticas, são formas menos rígidas, mas nem por isso desprovidas de eficácia.

Quem analisar, numa perspectiva histórica, os rituais comemorativos da Independência dos Estados Unidos ou da Revolução Francesa verifica uma alternância entre longos períodos de rotina e momentos fortes, suscitados por determinadas conjunturas políticas ou especialmente celebrados por constituírem marcos excepcionais (por exemplo, as comemorações do Bicentenário da Revolução Francesa). Mas os rituais comemorativos são, também, actos de vontade política, combates pela memória...

«Nós sabemos demasiado acerca da importância das cerimónias e dos ritos nas mais diversas sociedades para nos permitirmos decretar, à primeira vista, que determinada coisa não tem importância sob o pretexto de que ela é apenas um rito», escreveu Robert N. Bellah no seu célebre estudo sobre a Religião Civil na América». O que não faz sentido é pedir aos ritos o que os ritos não podem dar. E não há cerimónia pública que substitua o papel do ensino ou da história imediata na transmissão e na reflexão crítica acerca do passado recente.

7. Mário Soares tem razão quando diz que os jovens agora chegados à idade do voto não viveram directamente o 25 de Abril. Mas convirá perguntar se, por acaso, foram contemporâneos de D. Afonso Henriques, se cursaram Navegação na Escola de Sagres, se conheceram D. João II (o rei mais amado pela «classe média», atendendo à forma suave como tratava a

família), se acompanharam a «descoberta» do caminho marítimo para a Índia ou se viajaram a Macau com Luís Vaz de Camões. Não foram, não cursaram, não conheceram, não acompanharam e não viajaram. Mas nada disso impede – presumo – que, na escola, lhes ensinem alguma coisa a esse respeito.

Sejam sessões parlamentares no estilo clássico, sejam regatas pós-modernas que colocam o 25 de Abril na rota de Colombo, as comemorações não substituem o papel da escola e dos historiadores na construção da memória colectiva. O texto do Pedro Fradique acentuava, precisamente, a responsabilidade da escola: «Entre a quase total ignorância e um conhecimento (ainda) subjectivado por sentimentalismos, continuam a faltar a muitos jovens os elementos indispensáveis à formação de uma “consciência do 25 de Abril”, a um conhecimento lúcido de um período fundamental da história recente do seu país. A constar dos programas de História do ensino secundário, o Estado Novo e a Revolução de Abril devem incluir-se “naquela última parte à qual nunca se chega, por falta de tempo”, o que apenas vem acentuar o segredo.»

8. Para evitar o desconhecimento dos jovens em relação à nossa história recente, há duas vias principais: o ensino e os «media» (em especial, o cinema e a televisão pública).

Em França, por exemplo, tem havido um autêntico combate para desenvolver nos programas escolares o período da II Guerra Mundial. Seria excelente que as escolas secundárias portuguesas não se limitassem a incluir, nos seus programas, uma espécie de posfácio dedicado ao Estado Novo e à Revolução do 25 de Abril. Isso implica, a par do avanço da investigação na universidade e noutros centros de investigação, um esforço de formação dos professores e o aperfeiçoamento dos manuais e outros apoios pedagógicos.

Quanto aos «media», o principal narrador de história contemporânea é, sem dúvida, a televisão. Fragmentária, ficcionada, espectacular, nem sempre apoiada por especialistas, como seria desejável, a história televisiva deve ser encarada com desconfiança e pode ser duramente criticada, mas é, indiscutivelmente, eficaz. Boa parte da nossa memória histórica é audiovisual.

Mas, enquanto a televisão portuguesa nos oferece, entre concursos e telenovelas, uma ou outra série de qualidade sobre o Vietname ou a II Guerra Mundial, guarda no arquivo a «Geração 60», de Diana Adringa, ante o silêncio cúmplice de quem de direito.

9. «Como fazer para que o 25 de Abril seja participado e criativo e não um simples ritual repetitivo que o tempo vai apagando?», pergunta o Presidente da República. Conforme ele próprio adianta, «a resposta não é fácil», mas deverá ser procurada olhando, simultaneamente, para a escola e para a televisão, com o pensamento nos jovens que desejariam, mais do que comemorar o que desconhecem, compreender o que foram o Estado Novo e o 25 de Abril.

O silêncio da história

Há qualquer coisa de inexplicavelmente absurdo no confronto que opôs os defensores do programa da SIC sobre a PIDE, à onda dos revoltados que o atacaram.

Absurdo em forma de impasse: os defensores da SIC em artigos do PÚBLICO de 29 de Abril, dizem em substância que a culpa foi dos que primeiro desculpam os responsáveis da PIDE – e citam acórdãos absolutamente escandalosos do Tribunal Militar de Lisboa, de 1982; mas afirmam, ao mesmo tempo, que a atitude dos organizadores da emissão foi a única correcta, pois deve-se aceitar dialogar com os pides e torcionários com cortesia e mesmo deferência. Atitude que se justificaria pela justiça e imparcialidade deontológicas dos «media», as quais não dependeriam de circunstâncias históricas. Ilibam-se implicitamente os autores de crimes antigos, desligando o presente do passado. Mas se as culpas «vêm de longe», é porque qualquer coisa não esteve certa na emissão da SIC.

Por outro lado, supõe-se que o espaço mediático goza de neutralidade histórica, como se um torcionário deixasse de o ser no momento em que nele entra, ficando em igualdade de situação «ontológica» (de uma ontologia do «ser mediático» mais forte do que a da justiça histórica) com todo e qualquer outro cidadão. Por si só, aparecer na televisão é adquirir um estatuto que supera as desigualdades morais e sociais; estatuto de superioridade, de impunidade, de descaramento legitimado (porque pretensamente «se dá a cara»), que limpa qualquer crime e safadeza da sociedade profana (porque a outra, a dos palcos da televisão, é sagrada). Este é também um dos efeitos absurdos da «democracia mediática» dos tempos de hoje – que contribuiu para o branqueamento do rosto da PIDE.

Verdadeiro e falso, justificado e injustificado – eis como se apresenta o discurso de defesa dos organizadores da SIC: numa palavra, armadilhado, criando absurdos da razão histórica.

Mas a posição dos que criticam a emissão – e eu sou um deles – não é menos absurda: em nome de que pureza política se ataca, não a PIDE e o salazarismo, mas os que os tratam como legítimos «parceiros» daquilo que foi a nossa história e na qual participámos também como agentes? A ditadura caiu, não houve julgamento de responsáveis – ou os que houve foram do tipo daquele que cita um dos jornalistas da SIC. E quem, na época, se elevou contra eles? Porque é que não surgiu um movimento de massa exigindo um julgamento histórico do antigo regime – dos seus agentes, das suas cumplicidades múltiplas, no exército e na sociedade civil? Terá mesmo existido um núcleo puro (e duro), intocável do ponto de vista ético – como se dá a entender –, que levou o «processo revolucionário» do 25 de Abril a seu termo (qual termo?) sem a mínima mancha»? A razão histórica, como a razão de Estado, é feita de manchas e de crimes, sabêmo-lo; o que não nos tira o direito de lutar e protestar contra esse absurdo.

Os que hoje criticam com indignação o que se passou na SIC – repito: eu pertença ao grupo – têm razão e, no entanto, qualquer coisa lhes escapa que os impede de se erigirem em justiceiros de Deus, juizes absolutos e impolutos dos que ilibaram os carrascos. Mais uma vez: o que está em jogo, neste diferendo, não é o julgamento da ditadura e da PIDE, mas o julgamento dos que as não julgaram. Absurda e armadilhada, também a sua situação: é verdade que foi escandalosa a complacência da SIC mas também é verdade que ela «vem de longe», na esteira da complacência do «processo revolucionário» do 25 de Abril para com o regime ante-

rior e para a qual contribuíram os que hoje a criticam. Por isso se está agora a julgar não os responsáveis dessa primeira convivência, mas os responsáveis (mediáticos), como se eles fossem responsáveis dos responsáveis (aqui, os pides). Falta um anel na cadeia das responsabilidades que vem da ditadura do antigo regime até nós: um «missing link», um «branco», um vazio não dito ou melhor, excluído, varrido, não inscrito na memória histórica: a responsabilidades das instituições «revolucionárias», dos partidos políticos, do povo inteiro enquanto agente da (e não só agido pela) história.

Resta saber se o silêncio que envolveu esse troço da nossa história (como outros: a guerra colonial, por exemplo) se não enraiza num silêncio herdado do salazarismo, produzido pelo salazarismo como uma das suas armas mais potentes de interiorização da obediência e da submissão. Silêncio inconsciente e apaziguador, que permitiu a Salazar reinar com um mínimo de perturbações políticas; silêncio psicogéneo, causador de fortes patologias e repressões, que explodiriam no 25 de Abril.

O que está em jogo, hoje, neste debate sobre a emissão da SIC é esse silêncio inconsciente. Ele deriva de uma inadequação entre a situação de todos os que enunciam um discurso sobre o antigo regime e o próprio sentido crítico desse discurso. A situação é, como se viu, armadilhada, inextricável, porque inclui os críticos na situação criticada (o sujeito da enunciação no sentido do enunciado): e este tipo de inadequação entre a situação concreta do sujeito e o conteúdo do discurso é geradora de silêncio, de um silêncio inexplicável, irrecuperável, porque não inscrito na memória e na linguagem. Como um acontecimento traumático decisivo na história de um indivíduo e que ele elidisse por uma torção da linguagem (dizer a verdade a partir de uma situação falsa, cujo sentido entra no enunciado da verdade, esvaziando-o parcialmente); assim se cria um branco, um vazio na história.

Assim se apaga violentamente a história (não é recalçamento, ou um esquecimento, é um não chegar sequer a ser pensado). O branco deixado aberto na nossa memória desse período é idêntico à falha da memória histórica do nazismo na Alemanha contemporânea e ao silêncio terrível sobre a colaboração, que envolve ainda, 50 anos depois, a sociedade francesa.

Como reinscrever o não inscrito, como recuperar a memória do que não existiu (porque não foi dito, porque não aconteceu senão como não acontecimento)? Porque há que o fazer – por razões de saúde (individual, colectiva, institucional) a prova é este episódio da SIC. Que ele se tenha produzido e a reacção que suscitou contribuíram já, paradoxalmente, para essa reinscrição. Digo bem: reinscrição do que não foi inscrito. Nesse sentido, é o nosso próprio presente (e futuro) que o gesto da reinscrição do passado engendra num sentido fundador, inaugural – não como «reconstituição» da história, mas como surgimento, formação e, profundamente, invenção do nosso ser histórico português. É o próprio mecanismo da torção da linguagem que terá de ser desmontado pelo pensamento histórico e político do presente. (É um pouco isso o que os judeus tentam fazer com Auschwitz.)

Se não, a violência do absurdo, da situação histórica armadilhada que herdámos, continuará a atingir-nos como uma bomba-relógio de silêncio, cujos efeitos se farão sentir indefinidamente: a nossa capacidade de expressão e a nossa apetência para a liberdade continuarão a automutilar-se.

A solidariedade não é palavra vã

Tem-se falado muito ultimamente de solidariedade, procurando nela uma solução para os problemas sociais que nos afligem neste fim de século. A exclusão social, o desemprego, o racismo, a violência urbana, o isolamento dos idosos são males em crescimento para os quais se aponta com frequência a solução da solidariedade. Este tipo de discurso tende, no entanto, a assentar em dois esquecimentos fundamentais. Em primeiro lugar, esquece que a solidariedade é, talvez, cada vez mais uma consequência do que uma causa. Se não estiverem realizadas as condições que tornam a solidariedade possível esta não ocorrerá, por mais urgente que seja o seu exercício. Este «esquecimento» faz com que os que apelam à solidariedade sejam por vezes os mesmos que defendem a erosão das condições que a tornam possível. Em segundo lugar, o discurso dominante sobre a solidariedade tende a esquecer que há vários tipos de solidariedade, correspondendo a vários tipos de relações sociais que têm diferentes graus de congruência com a filosofia política de uma sociedade democrática.

Perante isto, é de todo em todo conveniente pôr os pontos nos ii da solidariedade, sobretudo numa sociedade como a portuguesa, onde a solidariedade não é uma palavra vã e está assim sujeita a ser confundida com o seu uso oportunístico pelo discurso político dominante.

1. A solidariedade é hoje um componente essencial da cidadania e da democracia. Ser cidadão é hoje acima de tudo ser solidário para com os outros cidadãos e ter por igual o direito à solidariedade deles. Ser democrata é hoje acima de tudo querer uma sociedade solidária, uma sociedade em que a participação política tenha como objectivo último melhorar as condições económicas, sociais e culturais de participação de molde a delas beneficiarem grupos sociais cada vez mais amplos, uma sociedade em que representação política seja avaliada e condicionada pelo grau de solidariedade que os representantes manifestam, na sua prática política concreta, para com os que os elegeram.

2. A solidariedade é um princípio de ética política e portanto o seu cumprimento é uma questão de direitos e deveres e avalia-se pelo modo como uns e outros são exercidos numa dada sociedade. A solidariedade exercida em nome da religião, do associativismo, da amizade, da família, da vizinhança, constitui um património moral fundamental desde que o seu exercício se pautar por este princípio e seus corolários.

3. A solidariedade, como exercício de cidadania que é, não confere nenhuma autoridade pessoal a quem a exerce sobre quem a recebe e, vice-versa, não coloca quem a recebe numa posição de subordinação pessoal perante quem a exerce. A solidariedade é um investimento social de longo alcance, a sua contabilidade não pode ser feita em termos estreitamente económicos, nem confinada aos benefícios e aos custos que ela envolve para uma dada geração.

4. A solidariedade traduz-se sempre numa rede de relações sociais, económicas, políticas e culturais. O seu raio espacial de acção e de interacção pode ser tanto a sociedade local como a sociedade nacional e a sociedade global, enquanto o seu raio temporal é sempre uma linha de ligação entre as gerações presentes e as gerações futuras.

5. Dado o chocante aumento das desigualdades sociais entre países ricos e países pobre e entre ricos e pobres dentro de cada país, dada a marginalização crescente a que estão a ser votadas camadas cada vez mais significativas da população – desempregados, jovens à procura de primeiro emprego, idosos com pensões de miséria, doentes mal servidos por um serviço nacional de saúde em processo de preocupante deterioração, estudantes perante um ensino médio e superior cada vez mais caro e de pior qualidade, mulheres sobre quem recai muitas vezes a dureza quotidiana provocada pelo agravamento das condições sociais da família, trabalhadores da indústria e dos serviços que vêem ameaçados pelos avanços do liberalismo económico os esquemas da segurança social por que lutaram e para que contribuíram ao longo de uma vida de trabalho, imigrantes africanos discriminados –, dado tudo isto, são cada vez mais prementes e mais urgentes as razões que fundamentam o princípio da solidariedade e os motivos que reclamam o seu exercício.

No entanto, o mesmo modelo de desenvolvimento que está a provocar o agravamento das condições de vida que tornam urgente o exercício da solidariedade é o mesmo modelo que destrói as condições para o exercício da solidariedade. Destrói-as por muitas maneiras, pela adopção de um liberalismo económico sem alma, assente na racionalidade cega do mercado que conduz às maiores irracionalidades sociais e éticas, pela promoção do individualismo, do narcisismo e do consumismo que fecham as pessoas numa privacidade alienante, pela redução dos critérios do mérito profissional à competição a qualquer preço e por todos os meios, pelo modo como contrapõe aqueles a quem nega uma vida decente àqueles a quem permite um enriquecimento fácil, pela destruição do espaço público, desinvestindo na cultura e no associativismo em benefício de uma indústria mediática que entre outros espectáculos produz o espectáculo da política.

Nestas condições quanto mais necessária é a solidariedade mais difícil é o seu exercício. A saída para esta situação dilemática está na adopção de um outro modelo de desenvolvimento, democrático e sustentado, assente num novo contrato.

6. Este contrato social tem por força de ser mais abrangente do que os contratos sociais anteriores, nomeadamente do que esteve na origem do Estado-providência, mas tem por isso de os incluir a todos.

A primeira dimensão deste contrato diz respeito à protecção das sociedades locais, dos seus sistemas de produção e das suas formas de sociabilidade onde se geram informalmente laços e redes de solidariedade e de entajuda que colmatam até certo ponto as deficiências de providência estatal. Este objectivo pressupõe a adopção de uma nova filosofia e de um novo modelo de desenvolvimento local e o reforço do poder das autarquias.

A segunda dimensão do novo contrato social diz respeito à sociedade nacional, ao reforço e à transformação criativa e positiva das obrigações políticas entre cidadãos, entre Estado nacional e cidadãos e entre as diferentes classes sociais. Exige-se, antes de mais, o reforço e não o desmantelamento do Estado-providência, o que, no entanto, deverá ser feito através de grande inovação institucional de um controlo credível do desperdício, do peso burocrático, da corrupção e das injustiças nas prestações sociais, e ainda de uma reavaliação radical das prioridades orçamentais do Estado. Exige-se, por outro lado, que entre cidadãos e entre classes e grupos sociais se desenvolvam formas institucionalizadas de protecção social, de coopera-

ção e de mutualismo públicas mas não estatais, geridas pela sociedade mercantil. A realização deste objectivo pressupõe um enorme aprofundamento da consciência democrática, uma nova cultura política da cidadania activa que, entre outras coisas, reclama uma transformação profunda do nosso sistema educativo e do nosso sistema político.

A terceira dimensão do novo contrato social diz respeito às crescentes e aparentemente irreversíveis desigualdades entre países ricos e países pobres do planeta. É absurdo que a riqueza e o progresso científico e tecnológico acumulados nas últimas décadas, apesar de suficientes para garantir uma vida decente a toda a população do planeta, deixem na miséria, na fome e, muitas vezes, na guerra quase 4/5 dessa população. Torna-se imperioso reconhecer e aplicar sem ambiguidades um novo direito ao desenvolvimento e à autodeterminação que seja, ele próprio, a garantia do exercício dos demais direitos humanos, hoje tão proclamados mas tão cruel e sistematicamente violados. Este objectivo não pode dispensar a actuação dos estados nacionais enquanto actores internacionais, mas exige que ao lado deles sejam reconhecidos outros actores, movimentos sociais, organizações não governamentais, minorias étnicas, povos indígenas, etc.

Finalmente a quarta dimensão do novo contrato social sem dúvida a mais ampla, visa estabelecer laços novos de solidariedade entre as gerações presentes e as gerações futuras muito para além do que é exigido pelas políticas de segurança social. O actual modelo de desenvolvimento económico, além de produzir enormes injustiças sociais, produz também a destruição maciça do meio ambiente, dos equilíbrios ecossistémicos e da biodiversidade. A rapidez com que esta destruição está a ocorrer faz prever que as gerações futuras serão privadas da fruição de um meio ambiente minimamente saudável. Em solidariedade para com elas é preciso pensar numa nova relação, ela própria mais solidária, entre os seres humanos e a natureza.

7. Este novo contrato social de solidariedade assumirá diferentes formas em diferentes sociedades. A traço muito grosso, eis algumas das linhas desse contrato na sociedade portuguesa.

a) A sociedade portuguesa, tem sido muito rica em laços de solidariedade locais e informais baseados na família, na amizade e na vizinhança, o que designamos por sociedade providência. No entanto, o modelo de desenvolvimento adoptado recentemente entre nós em resultado de uma má negociação da adesão à União Europeia e das suas consequências mais visíveis – tais como a destruição da nossa agricultura, a desertificação do interior, o reforço da litoralização, a eucaliptação maciça das nossas serras, a desindustrialização das zonas industriais tradicionais – tem vindo a submeter tais laços e redes de solidariedade a uma enorme pressão e a um enorme desgaste. Dada a incipiência do Estado-providência entre nós, a degradação da sociedade providência não pode deixar de envolver uma deterioração enorme das condições de vida dos portugueses.

b) Não existe em Portugal um Estado-providência comparável ao que existe nos países desenvolvidos da União Europeia. É, pois, preocupante, o modo como o poder político fala em crise do Estado – providência e o modo como usa este discurso para legitimar cortes drásticos nas já modestíssimas despesas sociais. Em Portugal, a tarefa a empreender é, pois, a da construção do Estado-providência e não a do seu desmantelamento. Existe em Portugal um

problema de direitos humanos e ele é particularmente grave no domínio dos direitos económicos e sociais, tais como o direito à saúde e à educação, à reforma e à segurança social, o direito à contratação colectiva e ao emprego.

Nos próximos anos, a luta por estes direitos deve assumir uma prioridade especial.

c) No plano internacional, a sociedade portuguesa está perante dois desafios exigentes. O primeiro desafio tem lugar no seio da União Europeia. Os portugueses devem lutar pelo reforço da coesão social entre os membros da União e pelo reforço da democracia que a torna possível. Devem ser igualmente exigentes no controlo democrático das decisões políticas sobre a aplicação dos fundos estruturais. A Europa dos cidadãos e da solidariedade parece ser uma aspiração cada vez mais distante em face do avanço da Europa dos negócios, à qual tudo o mais parece estar subordinado. Os próximos alargamentos da União correm o risco de deixar os países do Sul da Europa, e especialmente Portugal, mais distantes de Bruxelas e podemos estar certos de que ninguém reivindicará por nós os nossos direitos.

O segundo desafio deve ser visto como complementar e não como contraditório em relação ao primeiro. Trata-se da solidariedade atlântica de Portugal para com a África e para com o Brasil. As responsabilidades históricas que nos advêm do longo ciclo colonial em África não podem ser evitadas sob o pretexto de não serem reconhecidas como tal pelas directrizes comunitárias. Há, pelo contrário, que reivindicar a especificidade da nossa história como o melhor modo de contribuirmos para a construção da Europa Comunitária e, no fim de contas, como o melhor modo de sermos europeus.

d) Nos últimos anos, e afinal com a mesma rapidez com que ocorreram outros processos sociais, perderam-se muitos dos equilíbrios ecológicos que distinguiam o nosso país e multiplicaram-se as zonas e as situações de catástrofe ecológica. Num país que só muito selectivamente usufrui dos benefícios do desenvolvimento económico são já visíveis os muitos e muito negativos custos desse desenvolvimento. A solidariedade internacional na protecção do meio ambiente é sem dúvida uma luta internacional mas assume hoje em Portugal a dimensão de um verdadeiro imperativo nacional.

À luz do que fica dito torna-se claro que sermos solidários com uma forma qualquer de solidariedade pode ser o modo de nos dispensarmos de ser solidários com a forma de solidariedade mais ampla e mais exigente que aqui delineeí, a única por que merece a pena lutar numa sociedade democrática.

Boaventura de Sousa Santos, *Público*, 23 de Maio de 1994.

Portugal sem Abril

Não deixa de ser excitante e de pouco risco revestirmo-nos do manto de falsas cassandras por conta de uma hipótese a que, precisamente, o 25 de Abril tolheu todo o futuro: que seria Portugal se não tivesse havido Abril?

Que no já longínquo ano de 1974 parecia não só desejável mas inevitável uma mudança do velho cenário nacional, é uma ideia, hoje, quase consensual. Que, contrariamente ao que durante quase trinta anos a oposição democrática ao antigo regime pensara, a ruptura com o sistema só podia surgir do interior da instituição que o sustentava, também parece hoje pouco contestável. O impasse africano da Guiné, a falta de perspectivas para uma campanha colonial fora da estação e das nossas posses, a própria lógica interna do marcelismo, na medida em que a houve, convergiam para uma solução de recurso às Forças Armadas. Mas tudo isto só começa a ser, não um, mas dois 25 de Abril, com a publicação do livro de António de Spínola e o movimento abortado de Março. Qualquer coisa como o 25 de Abril começou a fazer parte da esperança de muita gente sem ela. E, todavia, mais decisivo e mais importante do que isso, o que ainda hoje caracteriza «o momento 25 de Abril» é que ele surpreendeu, não apenas por motivos exteriores, mas profundos. Ainda sem se saber o que viria a ser, e com o país a acordar outro na convicção de que não seria muito diferente do que já era, apenas mais livre, mas não libertado como a mitologia da nossa Revolução o irá assumir, a mistura de surpresa e a rápida diluição dessa surpresa, abriam portas para algo novo, mas não, fatalmente, para o 25 de Abril que hoje celebramos.

A um quarto de século desse acto, mais revolucionário do que os seus actores então o podiam imaginar, que mais não fosse pelo simples facto de pôr termo a um regime que se supunha legitimado pela duração e o espírito antidemocrático do século, o 25 de Abril como mitologia é História e está na História. A esse título, só por puro divertimento, podemos divagar sobre «o que seria Portugal sem o 25 de Abril», pois ele é o que é e não outra coisa, pelo facto mesmo de uma ruptura, ao mesmo tempo imprevisível e, logo que efectuada, fatal. Contudo, não apenas por devaneio, mas por respeito à complexidade das coisas, aquele 25 de Abril, hoje solidificado em mito, podia ter aberto as portas a uma mudança ou mudanças que não tinham, necessariamente, a cor e o perfil daquelas que foram e são historicamente as do Portugal pós-25 de Abril. Pelo menos, até de Novembro de 1975, que fecha o momento potencialmente «revolucionário» e instaura entre nós a normalidade democrática de tradição europeia.

Imóvel na sua realidade de fractura política na ordem interna e de fim de Império na ordem colonial que durante séculos julgáramos inseparável dela, o 25 de Abril está sempre sendo outra coisa, como o Portugal a que deu lugar. O que se exclui dele é, como diria Pessoa, aquilo que ele não permitiu que fosse, mas que como virtualidade faz também, de algum modo, parte dele. E nesse sentido a questão lúdica é interessante. Que outro Portugal podia ter havido se, por hipótese, não só o 25 de Abril que houve, já nele mesmo múltiplo, não tivesse assinalado uma ruptura tão pouco rasurável? Deixemos de lado a hipótese de uma antecipação ou de uma contra-revolução como a que o general Kaúlza de Arriaga diz ter considerado. Apenas nado, o 25 de Abril teria sido sufocado e as estruturas do antigo regime, ato-

lado em África, imporiam, para «salvar o Império», um regime de generais ou de coronéis que o país nunca suportou. Na melhor das hipóteses, teríamos uma ditadura militar de pouca duração. Na pior, uma guerra civil absurda e também, como é regra, entre nós, pouco duradoura.

De bem maior interesse como história-ficção, numa perspectiva sem Abril, teria sido um processo de «liberalização» ainda no interior do antigo regime de que o chamado marcelismo foi, ao mesmo tempo, o impasse e a caricatura. Na verdade, só a chamada «ala liberal», destinada ao poder no pós-25 de Abril, poderia ter incarnado «antes da Revolução» algo viável. E com ela, teríamos tido, um pouco à maneira de tão glosada transição democrática em Espanha (que recebeu luz da nossa Revolução), aquela geração preparada como nenhuma outra para o exercício de uma ruptura na continuidade: a da Sedes, ou próxima. Que, afinal, foi trazida ao poder pelo 25 de Abril... e esta foi, «é», a verdadeira revolução na continuidade.

Habitados a viver estes 25 anos como um todo – sobretudo depois da estabilidade institucional –, esquecemos que o 25 de Abril foi, em potência, outras possibilidades e até, mentalmente, outras realidades: uma possibilidade nasserista, recusada mais pelos actores da Revolução que pela sociedade civil que para isso os empurrava; uma outra spinolista, abortada na sua versão dura mas latente no tecido nacional e, sobretudo, militar do país; finalmente, uma possibilidade improvável, mas durante um ano actuante, de qualquer coisa como uma «democracia popular». Mas mais fundo, e desta vez não virtualmente, o que no interior do marco histórico do 25 de Abril, sem impedir que o Portugal dos últimos 25 anos se tenha inegavelmente transformado – embora muitas dessas mudanças sejam induzidas pela revolução bem pouco ideológica dos últimos quinze anos, na Europa e no mundo – o que não mudou e até de algum modo se reforçou, foi a mitologia do antigo Portugal nostálgico de si mesmo como Império. E também não se alterou muito, a nível simbólico, a clivagem social e cultural entre a antiga classe dominante e aquela – ou aquelas – que a Revolução de Abril trouxe ao exercício do poder. Na área cultural, quer o discurso quer as práticas realmente dominantes não diferem muito das que eram vigentes no antigo regime. Agora, os senhores de sempre, usufruem dos seus privilégios e dão o tom à paisagem cultural, democraticamente. E não há contradiscurso desta omnipresente e politicamente correcta hegemonia. Neste, e só neste sentido, entendo o irónico e famoso comentário de José Saramago de que, com ou sem 25 de Abril, estaríamos onde estamos.

Vence, 13 de Abril de 1999.

Eduardo Lourenço, *Expresso*, 24 de Abril 1999.